

## Quem disse ?

«A mim ninguém saca»

**José Lello**  
Expresso, 27 de Outubro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Parlamento

### Debate mensal foca segurança interna

O primeiro-ministro, António Guterres, dominou, ontem, a sessão plenária da Assembleia da República para debate sobre política geral ao apresentar um conjunto de medidas de reforma dos serviços de segurança. Da bancada da oposição, como habitualmente, surgiu a voz da desestabilização, com o presidente laranja a tentar explorar alegadas contradições no discurso do Governo e do PS. Barroso chegou a exigir que o Executivo apresentasse um segundo Orçamento Rectificativo antes da discussão da proposta orçamental para 2002. O camarada Guterres rebateu a exigência do líder do PSD ao declarar que um segundo Orçamento Rectificativo será entregue «quando o Governo o entender», devolvendo a Durão Barroso as acusações de contradições ao nível da segurança rodoviária e sobre os casos em que autarcas ficam sob suspeita de prática de irregularidades.

O chefe do Governo socialista marcou o debate logo de início ao propor que o Serviço de Informações e Segurança (SIS) e o Serviço de Informações e Estratégia Militar de Defesa (SIEM) fiquem sob sua tutela, anunciando também a apresentação de uma proposta de lei para a reforma do Regime das Forças de Segurança. Guterres defendeu ainda que as Forças Armadas passem a ter missões na prevenção de riscos colectivos de origem externa (fora do estado de sítio ou de emergência) e anunciou um investimento de 200 mil contos para o reforço do número de equipamentos e viaturas de descontaminação para o Instituto Nacional de Emergência Médica.

## Guterres anuncia em Braga

# GOVERNO VAI INTENSIFICAR LUTA CONTRA O TRÁFICO DE DROGA

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou no dia 29 em Braga que o Governo está a preparar alterações à Lei da Droga, visando intensificar a luta contra o tráfico de estupefacientes e o branqueamento de capitais.

O primeiro-ministro, falava no final da visita que efectuou à Comunidade Terapêutica Cupertino de Miranda, na Falperra, arredores de Braga, onde fez um balanço das acções desencadeadas pelos seus governos nos últimos seis anos contra o «inimigo público número um» – a droga, salientando que os recursos financeiros destinados ao combate a este flagelo cresceram 350 por cento desde 1995.



## Internacional

### Visita à Rússia do Presidente da República Sampaio e Putin em unísono contra terrorismo



Jorge Sampaio esteve cinco dias na Rússia. Contactou com a realidade do Leste da Europa, avistou-se com Vladimir Putin, abordou os benefícios do reforço da cooperação económica, sem esquecer as relações entre Moscovo e a União Europeia, os esforços de paz em Angola (na «troika» que tanto Portugal e quanto a Rússia integram), a presidência portuguesa da OSCE em 2002 e a incontornável situação de crise internacional pós-11 de Setembro.

## Sociedade & País

### CiênciaTecnologia Mariano Gago mostra obra realizada



A política científica e tecnológica desenvolvida pelo executivo nos últimos cinco anos salda-se por uma convergência de vários indicadores relativamente à média europeia, defendeu no dia 26 José Mariano Gago. O ministro da Ciência e Tecnologia respondia na Assembleia da República a algumas críticas «soft» feitas por deputados da oposição.



## O inimigo público número um

«Vamos tratar ainda com mais dureza todas as actividades dos traficantes de droga, coordenando melhor as acções de todos os organismos que trabalham nesta área», prometeu na segunda-feira António Guterres, em Braga. É uma nova etapa na política desenvolvida pelos Executivos do PS que elegeram a droga como o «inimigo público número um». Uma área onde partiram do zero.

Assim, segundo anunciou o primeiro-ministro, o Governo está a preparar alterações à Lei da Droga que virão complementar a recente alteração legal aprovada na Assembleia da República, segundo a qual, os traficantes de droga têm de provar a proveniência dos bens que possuem quando são detidos, sob pena de lhes serem confiscados os bens a favor do Estado.

Num balanço sobre as acções desencadeadas pelos seus governos desde 1995, Guterres apresentou números impressionantes sobre os recursos e meios postos à disposição no combate à droga.

Guterres recordou que a despesa pública na luta contra a droga passou de 7,2 para 24,7 milhões de contos, entre 1995 e 2000.

O chefe do Governo adiantou que não só os recursos financeiros cresceram 350 por cento desde 1995, como foi lançado um programa nacional de acção com 30 medidas bem definidas.

Outros números apresentados pelo primeiro-ministro referem que houve um aumento nas consultas nos CAT – Centros de Atendimento à Toxicodependência de 103 mil para 310 mil consultas por ano.

Nos programas de tratamento com substituição passou-se de 1100 para 10.600 tratamentos por ano, enquanto o número de camas de instituições privadas ou de solidariedade social apoiadas por fundos estatais era zero, sendo hoje de 1225 camas.

«Hoje todos aqueles que queiram tratar-se e sair da droga podem fazê-lo», disse Guterres, sublinhando que a descriminalização do consumo de drogas visa tratar os toxicodependentes como doentes e não como criminosos.

O balanço da actuação dos governos do PS contra a droga está feito, os números não enganam, são impressionantes, e revelam que efectivamente a luta contra o «inimigo público número um» é uma prioridade, que assenta em duas vertentes: prevenção primária da toxicodependência e repressão do tráfico.



## CLIMA DE UNIDADE MARCA ELEIÇÃO DA COMISSÃO POLÍTICA

«Clima de unidade marcou a eleição da Comissão Política» titulava o «Acção Socialista» na primeira página da edição de 3 de Novembro de 1983, com desenvolvimento na última página.

Por outro lado, era publicada na íntegra a intervenção do primeiro-ministro, Mário Soares, durante a interpelação ao Governo do Bloco Central sobre política económica, apresentada pelo PCP.

«A opção que se põe hoje a Portugal, como a todos os países europeus, não é a de escolher entre o capitalismo e o socialismo, a grande opção é entre a liberdade e o autoritarismo, vencer a crise em liberdade ou permitir que a crise destrua a liberdade e abra o caminho ao autoritarismo, que é o que o Partido Comunista deseja», afirma Soares.

O «Acção Socialista» dava ainda uma ampla informação sobre as actividades das estruturas do PS de norte a sul do País, bem como dos sindicatos afectos à UGT.

J. C. C. B.

3 de Novembro

Quem disse?

«Campanhas de paz que ignorem mísseis soviéticos na Europa constituem uma descarada hipocrisia»

**União Geral de Trabalhadores (UGT)**



## Xanana Gusmão Portugal será «parceiro eterno» de Timor

Portugal será o «parceiro eterno» de Timor-Leste, segundo afirmou, no dia 29, em Macau, o líder histórico timorense Xanana Gusmão.

«Portugal será o parceiro eterno de Timor, o parceiro que permite a Timor-Leste transcender as suas limitações geográficas», disse Xanana numa conferência intitulada «A Importância da Cooperação Internacional no mundo Actual – A Experiência de Timor», proferida no Instituto Politécnico de Macau.

Xanana Gusmão reiterou que a língua portuguesa é um traço importante a marcar a «individualidade e a diferença de Timor-Leste, aquela pequena meia-ilha entre as 17 mil ilhas grandes e pequenas do arquipélago indonésio».

Na conferência, o líder timorense defendeu os «valores universais» do diálogo e da tolerância e disse que o caso de Timor «despertou a consciência e manifestou a força dos valores da solidariedade que existem nas sociedades apesar das divisões políticas e económicas».

A conferência no Instituto Politécnico encerrou uma visita privada de quatro dias que Xanana Gusmão fez à Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), com o objectivo central de



dar a conhecer Timor-Leste e promover oportunidades de investimento no território junto dos participantes na VI Feira Internacional de Macau.

## Inauguração Novo consulado português no Recife

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, João Rui de Almeida, inaugurou domingo, dia 28, a nova sede do consulado de Portugal em Recife, Pernambuco.

A cerimónia contou com a presença do cônsul de Portugal no Recife, Rui Casimiro Alves Gomes, e do embaixador de Portugal no Brasil, António Franco.

O consulado de Recife existe há mais de 100 anos. Segundo informações do cônsul, a comunidade portuguesa em Pernambuco é de aproximadamente cinco mil pessoas.

Além do cônsul e da vice-cônsul, cinco funcionários atendem em média 50 pessoas por dia.

Foram investidos aproximadamente 250 mil reais no processo de mudança do consulado.

O objectivo é aperfeiçoar o atendimento ao público.

A melhoria do atendimento consular é um dos temas que está a ser tratado pelo secretário na visita ao Brasil.

## Novas tecnologias Escolas básicas de Leiria ligadas à Internet

O Governo continua a apostar nas novas tecnologias, em especial junto das crianças, nomeadamente através do Programa Internet na escola, lançado em 1996.

O ministro da Ciência e da Tecnologia presidiu sábado à assinatura de um protocolo que formaliza a ligação à Internet das 434 escolas do primeiro ciclo do ensino básico do distrito de Leiria.

O protocolo foi celebrado, no edifício do Governo Civil de Leiria, entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e as câmaras municipais do distrito.

Os estabelecimento de ensino envolvidos ficam assim ligados à rede das universidades, instituições científicas, bibliotecas, escolas e arquivos, através do programa Internet na Escola.

Lançado em 1996, o Programa Internet na

Escola, da responsabilidade do MCT, insere-se no quadro das iniciativas governamentais orientadas para a Sociedade da Informação.

Concluído o equipamento de todos os estabelecimentos de ensino entre o 5º e o 12º ano (1.747) com computadores multimédia com ligação à Internet, este Programa está a ultimar a extensão da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) às 8690 escolas do primeiro ciclo, um trabalho já concluído em perto de 7000.

Até final do ano, todas as escolas portuguesas de todos os níveis de ensino estarão ligadas à Internet, refere uma nota do MCT, recordando que esta é uma meta inscrita no Plano de Acção e- Europe, documento adoptado durante a presidência portuguesa da União Europeia.

BRAGA

Guterres anuncia

## GOVERNO VAI INTENSIFICAR LUTA CONTRA O TRÁFICO DE DROGA

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou no dia 29 em Braga que o Governo está a preparar alterações à Lei da Droga, visando intensificar a luta contra o tráfico de estupefacientes e o branqueamento de capitais. O primeiro-ministro, falava no final da visita que efectuou à Comunidade Terapêutica Cupertino de Miranda, na Falperra, arredores de Braga, onde fez um balanço das acções desencadeadas pelos seus governos nos últimos seis anos contra o «inimigo público número um» - a droga, salientando que os recursos financeiros destinados ao combate a este flagelo cresceram 350 por cento desde 1995.



«Vamos tratar ainda com mais dureza todas as actividades dos traficantes de droga, coordenando melhor as acções de todos os organismos que trabalham nesta área», prometeu António Guterres, lembrando que Portugal tem hoje boas condições para a vigilância das costas com lanchas rápidas de grande raio de acção. Segundo o camarada António Guterres, as alterações à legislação virão complementar a recente alteração legal aprovada no Parlamento, segundo a qual, os traficantes

de droga têm de provar a proveniência dos bens que possuem quando são detidos, sob pena de lhes serem confiscados os bens a favor do Estado. Na sessão estiveram presentes o secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, o presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, o arcebispo primaz, D. Jorge Ortiga, o director do Centro, padre Anselmo Sousa, e representantes de diversos organismos da administração estatal. A Comunidade, que se integra no Projecto Homem da Arquidiocese de Braga da Igreja Católica, tem-se notabilizado pelo alto índice

de sucesso na recuperação de toxicodependentes. Adiantou que a actuação governamental passa, também, pela prevenção, sublinhando que até 2003 serão criados em todos os municípios planos de prevenção e combate à toxicodependência, de forma a que toda a sociedade civil portuguesa seja envolvida no difícil combate ao fenómeno. Para isso, adiantou, estão a ser criados planos de acção local por várias entidades ligadas ao problema, já que, frisou, «são elas que melhor conhecem as especificidades de cada zona». Referiu que, no final deste ano, estará concluído um levantamento estatístico sobre

o número de toxicodependentes existentes em Portugal, garantindo que, sem sombra de dúvidas, «a expansão do fenómeno foi travada nos últimos anos». O chefe do Governo aproveitou para fazer um balanço da actividade governativa nos últimos seis anos no âmbito da luta contra a droga, começando por dizer que não só os recursos financeiros cresceram 350 por cento desde 1995, como foi lançado um programa nacional de acção com 30 medidas bem definidas. Recorrendo a números afirmou que de 1995 até hoje cresceu de 32 para 50 o número de Centros de Atendimento estatais e se passou de 1100 para 10.600 as pessoas que estão a fazer tratamento de substituição, e que o número de camas de instituições privadas ou de solidariedade social apoiadas por fundos estatais era zero, sendo hoje de 1225 camas. «Hoje todos aqueles que queiram tratar-se e sair da droga podem fazê-lo», acrescentou, sustentando que o aumento de estruturas de tratamento e desintoxicação provocou um crescimento no número de toxicodependentes que decidiram tratar-se. António Guterres realçou que a descriminalização do consumo de drogas visa tratar os toxicodependentes como doentes e não como criminosos, e elogiou o trabalho do Projecto Homem da Igreja bracarense, assinalando que os seus métodos e filosofia de actuação merecem ser estudados e seguidas por outras instituições.

JC CASTELO BRANCO

TGV

Primeiro-ministro garante

## DECISÃO SOBRE LIGAÇÃO PORTO-VIGO ATÉ AO FINAL DO ANO

O país moderniza-se, desenvolve-se, e o sistema de transportes, nomeadamente o ferroviário, continua a ser uma prioridade para o Governo do PS. Os projectos, as realizações sucedem-se, as ligações entre regiões são mais rápidas, o bem-estar das pessoas aumenta. O primeiro-ministro, António Guterres, garantiu no dia 29 que a decisão sobre a construção de uma linha férrea de alta velocidade a ligar o Porto a Vigo, na Galiza, será tomada até final do ano. «O Plano Nacional da rede ferroviária de alta velocidade fica pronto no fim do ano e nele será englobada a ligação à Galiza e a outras regiões de Espanha». Guterres salientou que o Governo português dá grande importância às ligações entre o Norte e aquela região



espanhola. O primeiro-ministro falava aos jornalistas no final do almoço de trabalho que hoje teve com a direcção da Associação de Municípios do Eixo Atlântico que agrega autarquias do Norte de Portugal e da Galiza. No almoço participaram o presidente em exercício do Eixo, o alcaide de Ourense, Manuel Cabezas, o vice-presidente, Mesquita Machado (de Braga), e os vogais Nuno Cardoso (do Porto), Luís Castrillo (de Vigo) e José Sanchez Bugallo (de Santiago de Compostela) e ainda o vice-presidente da Câmara de Braga, Nuno Alpoim. Segundo António Guterres, as relações económicas e políticas entre Portugal e a Galiza têm sido privilegiadas pelo actual Governo, como se comprova - disse - pelo prolongamento da auto-estrada A3 até Valença do Minho e pela melhoria de infra-

estruturas essenciais, como as do porto de Leixões e do Aeroporto Sá Carneiro. Questionado sobre a posição do presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, que considerou preferível para o Norte a construção de uma ligação ferroviária à Galiza em detrimento de uma conexão com Lisboa, António Guterres disse que compreendia os anseios dos autarcas do Eixo, mas sublinhou que a questão da rede ferroviária tem de ser vista como um todo no contexto nacional. À margem do almoço, alguns dos autarcas presentes, nomeadamente Mesquita Machado, adiantaram que os Municípios do Eixo pretendem, neste momento, que a ligação ferroviária seja feita por um comboio de grande velocidade - que atinja os 200 quilómetros por hora - mesmo que seja posta de parte a ligação por TGV.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA *Visita à Rússia*

## SAMPAIO E PUTIN EM UNÍSSONO CONTRA TERRORISMO

**Jorge Sampaio esteve cinco dias na Rússia. Contactou com a realidade do Leste da Europa, avistou-se com Vladimir Putin, abordou os benefícios do reforço da cooperação económica, sem esquecer as relações entre Moscovo e a União Europeia, os esforços de paz em Angola (na «troika» que tanto Portugal e quanto a Rússia integram), a presidência portuguesa da OSCE em 2002 e a incontornável situação de crise internacional pós-11 de Setembro.**

O chefe de Estado português chegou a Moscovo na noite da passada quinta-feira, dia 25, para uma visita que ficou marcada pela defesa convicta de um papel activo para a Organização das Nações Unidas (ONU) no futuro do Afeganistão.

Sampaio manifestou o seu apoio a uma futura intervenção da ONU, durante as conversações que manteve, no Kremlin, com o seu homólogo russo Vladimir Putin, e que foram centradas no actual panorama internacional e nas relações bilaterais.

O governante russo manifestou-se de acordo com Sampaio português quanto a um envolvimento das Nações Unidas na luta internacional contra o terrorismo e na procura de uma solução política para o Afeganistão. Esta consonância de pareceres entre os Presidentes de Portugal e da Rússia assinalou o que Putin descreveu como «o início de uma nova etapa nas relações entre os dois países».

Vladimir Putin lembrou no final do encontro com Jorge Sampaio, que esta visita se segue a uma outra efectuada por Mário Soares em 1987 à então URSS.

Numa conferência de imprensa conjunta, Sampaio mostrou o seu contentamento pela forma como decorreram as conversações com Putin e os dois presidentes mostraram-se de acordo em várias matérias.

Ambos sublinharam a importância de se unirem os esforços internacionais contra o terrorismo, contando com a colaboração do maior número possível de Estados.

Sampaio defendeu perante o Presidente russo que a esses esforços deve aliar-se uma base firme de legitimidade, com a autoridade da ONU.

Putin afirmou aos jornalistas que concordou inteiramente com a posição do seu homólogo português e que já abordara esta questão com vários líderes mundiais, incluindo com o Presidente George W. Bush, na recente cimeira da APEC, em Xangai.

A continuação da participação das Nações Unidas no processo da consolidação da democracia em Timor-Leste, no período pós-independência, foi outra questão levada às conversações bilaterais por Jorge Sampaio. A Rússia integra como membro permanente



do Conselho de Segurança da ONU, onde o relatório do secretário-geral sobre Timor-Leste será discutido em breve.

A questão da paz em Angola foi focada no discurso que o Presidente português proferiu na noite do banquete com Putin.

Após as conversações no Kremlin, foram assinados dois acordos bilaterais – uma convenção sobre consulados e um memorando institucionalizando consultas entre os dois ministérios dos Negócios Estrangeiros.

### Portugal devolve documentos a arquivo histórico russo

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, e Igor Ivanov, chefe da diplomacia russa, assinaram, entretanto, um protocolo de devolução de documentos

do arquivo histórico russo que se encontravam em Portugal desde 1917, altura em que a revolução russa levou ao corte de relações entre os dois países.

Após o reatar de relações em 1974, o então Governo soviético encetou diligências para recuperar os documentos, o processo de devolução teve uma primeira fase no final dos anos 80, mas só agora fica concluído com a entrega de 100 caixotes com documentos russos que datam do período entre 1871 e 1929.

A parte russa fez ainda saber ao Presidente da República que conta com uma revitalização da OSCE durante a presidência portuguesa, em 2002. Sampaio convidou Putin a visitar Portugal nessa ocasião e o Presidente russo aceitou.

Com uma agenda política recheada, Sampaio teve ainda tempo para almoçar com

empresários dos dois países e participar num seminário.

Laçou ainda um duplo desafio: aos portugueses para vender mais no mercado russo (a Rússia posicionou-se em 2000 como 54º cliente de Portugal e foi o 21º fornecedor) e aos russos para preferirem produtos e serviços portugueses.

Ficou ainda um outro recado de Sampaio aos homens de negócios russos: utilizem o euro no comércio externo para que a moeda única europeia vá ganhando quota de mercado relativamente ao dólar. A bem da aproximação entre a Rússia e a União Europeia.

### Adiada visita ao Reino Unido

O Presidente da República, Jorge Sampaio, anunciou segunda-feira, dia 29, em São Petersburgo, o adiamento da visita que deveria ter começado terça-feira ao Reino Unido.

A decisão explica-se pela crise internacional e a intensa actividade diplomática de Tony Blair. «Devido às condições excepcionais actuais em que estão a decorrer acções militares no Afeganistão e a intensa actividade diplomática envolvendo o primeiro-ministro do Reino Unido, foi acordado, a pedido do Governo britânico, que a visita do Presidente da República àquele país fosse adiada», diz uma nota do Gabinete presidencial de Sampaio. Tanto Jorge Sampaio como Tony Blair esperam que a visita se possa realizar «em breve», acrescenta o mesmo documento. O chefe de Estado português deveria reunir-se com o primeiro-ministro britânico no dia 3 de Novembro, estando prevista ainda a condecoração de Jorge Sampaio com a Grã-Vruza da Ordem de St. George and St. Michael pela rainha Isabel II.





## REFORÇADA TUTELA DA PAZ PÚBLICA

**N**uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros, a equipa governativa chefiada pelo camarada António Guterres decidiu, domingo, dia 28, alterar o artigo 305º do Código Penal.

A medida visa reforçar a tutela da paz pública, alterando em dois aspectos a legislação penal vigente.

Por um lado, torna-se exequível a aplicação da norma, ao referir a simulação de crime já cometido, em execução ou futuro e ainda ao fazer depender a sua aplicação da adequação da conduta à criação de alarme ou inquietação. Por outro lado, prevê-se uma agravamento típica nos casos mais graves, a que corresponderá pena de prisão até três anos ou pena de multa até 360 dias.

A existência de ameaças ou simulações da prática de crimes é susceptível de gerar grave alarme ou inquietação entre a população, acabando por restringir a liberdade e a segurança das pessoas, sobretudo quando estão em causa crimes de perigo comum, como incêndios e explosões, corrupção de substâncias alimentares ou medicinais e propagação de doença, crimes contra a segurança das comunicações, como a captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte colectivo de passageiros, e crimes de terrorismo.



Presentemente, o Código Penal prevê a ameaça com a prática de crime ou a simulação de crime, no âmbito do artigo 305º.

No entanto, a punição do agente – com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias – depende da verificação de um sentimento de alarme ou inquietação entre a população.

Ora, a demonstração de que se causou um tal efeito constitui algo difícil de provar, comprometendo a efectiva aplicação da

norma e a protecção do bem jurídico posto em causa pela conduta incriminada – a paz pública.

Deste modo, o Governo considera como solução preferível fazer depender a punição

da susceptibilidade de a ameaça ou a simulação causar alarme ou inquietação, mas não da verificação efectiva do alarme ou da inquietação, seguindo uma técnica que o legislador usou, nomeadamente, no artigo 153º, n.º 1, do Código Penal (crime de ameaça).

Por conseguinte, centra-se o ilícito típico na ofensividade da conduta do agente e não num sentimento difuso difícil de comprovar.

Além disso, a norma do artigo 305º apenas refere a simulação de crime que vai ser cometido, ignorando as hipóteses, igualmente relevantes, de crime já praticado ou em execução. Por isso se altera a descrição da conduta típica.

Num outro plano, importa ter presente que a ameaça e a simulação se podem dirigir a crimes de gravidade diferente. Os crimes de perigo comum, os crimes contra a segurança das comunicações e os crimes de terrorismo, em especial, são susceptíveis de causar sensível prejuízo para a ordem e a tranquilidade públicas, justificando uma pena mais grave.

### BALANÇO

### Dois anos de actividade

## OPTIMISMO COM CAUTELA

### CONSELHO DE MINISTROS

### Reunião de 28 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que altera o artigo 305º do Código Penal;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado;
- Um decreto-lei que altera o Código e a Tabela Geral do Imposto de Selo;
- Um diploma que altera o n.º 2 e o n.º 7 do artigo 2.º do decreto-lei n.º 113/2001, de 7 de Abril, que aprova os Estatutos do Instituto Português da Qualidade (IPQ);
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno um conjunto de directivas comunitárias e aprovando o «Regulamento Respeitante aos Bancos dos Passageiros e à Homologação dos Dispositivos de Protecção, em Caso de Capotagem, Montados na Frente e na Retaguarda dos Tractores Agrícolas ou Florestais de Rodas de Via Estreita»;
- Um decreto-lei que atribui competência ao ministro das Finanças para tomar a decisão prevista no n.º 4 do artigo 7.º dos Estatutos do Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal;
- Um decreto que regulamenta as carreiras de inspector do trabalho do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT);
- Uma resolução que nomeia Abílio Hernández Cardoso, com o estatuto de encarregado de missão, presidente do projecto «Coimbra, Capital Nacional da Cultura-2003» e cria a respectiva estrutura de apoio técnico;
- Uma resolução que nomeia Fernando Gil como encarregado de missão para desenvolver um conjunto de acções tendentes à promoção da investigação científica interdisciplinar;
- Uma resolução que nomeia José Dias Coelho responsável pelo acompanhamento das políticas, programas e medidas de outros países, especialmente da União Europeia, na área da Sociedade da Informação;
- Uma resolução que nomeia José Mariano dos Santos Soeiro, como gestor da iniciativa comunitária INTERREG III e cria a respectiva estrutura de apoio técnico;
- Uma resolução que nomeia, em substituição, Francisco Martins Guerreiro para o cargo de Coordenador do Eixo Prioritário II – «Melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade», do Programa Operacional/Saúde/Saúde XXI.

O Executivo socialista comemorou, no passado domingo, dia 28, dois anos de actividade governativa com um Conselho de Ministros informal dedicado à reflexão, num momento de dificuldades na economia, mas também de algum optimismo face às mais recentes sondagens.

A primeira parte do Conselho de Ministros, realizado em São Bento, foi preenchida com a tradicional aprovação de diplomas, já que na passada quinta-feira o Governo não se reuniu em plenário.

Antes do almoço, nos jardins da residência oficial do primeiro-ministro, foi tirada a fotografia de família do XIV Governo Constitucional, começando depois, já na parte da tarde, o ponto dedicado à análise política.

O primeiro-ministro fez um discurso de introdução sobre o actual momento do Executivo, passando em seguida a palavra a cada um dos seus ministros, que deram conta daquilo que está a ser feito em termos de cumprimento do Programa do Governo, mas também daquilo que ainda falta concretizar até 2003.

O debate foi encerrado pelo chefe do Executivo, que procurou traçar as principais linhas políticas do Governo a curto e médio prazo.

Em termos de curto prazo, a preocupação da equipa governativa de Guterres reside na aprovação do Orçamento de Estado para 2002, matéria em que se esforça por desmentir a ideia de que a viabilização do

documento já está garantida pelo voto do deputado independente e presidente da Câmara de Ponte de Lima, Daniel Campelo. Pelo contrário, as mais recentes posições do Executivo procuram transmitir uma ideia de preocupação face à possibilidade de o Orçamento não ser aprovado, ao sublinhar-se que, até ao momento, nenhuma força da oposição se mostrou disponível para negociar com o Governo a viabilização da proposta orçamental.

Além de o Conselho de Ministros se preparar para destacar a importância da estabilidade política no País, pela aprovação do Orçamento de Estado para 2002, os governantes tentaram encontrar soluções sobre a forma como poderão conciliar os binómios «competitividade/emprego» e «justiça social/rigor nas contas públicas», numa conjuntura marcada por fortes constrangimentos ao nível das economias mundial e nacional.

Em termos políticos, a ideia que predomina entre os ministros de António Guterres é que o Governo se encontra num processo de recuperação em termos de popularidade, optimismo que justificam com as mais recentes sondagens.

Essa recuperação do Executivo, segundo alguns governantes, é atribuída mais à melhoria da coordenação política verificada após a remodelação de 30 de Junho, do que à complexidade da situação internacional, depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

**Defesa intransigente dos consumidores face a taxa multibanco**

O Governo será «intransigente» na defesa dos direitos do consumidor ao discutir a taxa de utilização do multibanco sugerida por alguns bancos. Foi esta a garantia deixada, no dia 26, pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro.

O governante falava na Comissão Parlamentar do Poder Local, onde foi expor aos deputados as grandes opções do plano para 2002 relacionadas com questões de defesa do consumidor.

A questão da taxa de utilização do multibanco foi levantada pelo deputado socialista Casimiro Ramos, que manifestou «repúdio e indignação» em relação a intenção da banca, considerando que se trata de um oportunismo que «afronta todos os consumidores».

Seguro referiu que no dia 6 de Novembro o Conselho Nacional de Consumo vai juntar à mesma mesa o Executivo, instituições de defesa do consumidor e instituições bancárias para «uma reflexão» conjunta, acrescentando que ainda não há nenhuma proposta concreta dos bancos para criar qualquer taxa de utilização.

O ministro considerou «injusto» que os consumidores tenham de pagar para se servirem do multibanco.

Seguro lembrou que os bancos tiveram «redução de custos» com pessoal ao instalarem os terminais de multibanco por todo o País e defendeu que os consumidores têm «direitos adquiridos».



AMBIENTE

**Água: consignada barragem de Odelouca**

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, presidiu, no dia 29, em Monchique, à cerimónia de consignação da empreitada de construção da barragem de Odelouca, orçada em 8 milhões de contos (40 milhões de euros).

A nova barragem, localizada na ribeira de Odelouca, no concelho de Monchique, tem como objectivo a criação de uma albufeira destinada ao abastecimento público de água, através do Sistema Multimunicipal do Barlavento Algarvio.

O sistema, que integra os concelhos de Loulé, Albufeira, Lagoa, Silves, Portimão, Lagos e Vila do Bispo, vai servir uma população estimada em cerca de 615 mil habitantes (população residente e flutuante).

É neste contexto que surge a necessidade de construção da barragem de Odelouca como a principal obra do sistema primário (captação e transporte de água bruta) de abastecimento ao Barlavento algarvio.

Uma vez em funcionamento, o sistema de Odelouca tem capacidade para fornecer água com qualidade e com garantia até 2005, ano horizonte do projecto.

Para além da barragem de Odelouca, fazem ainda parte do sistema o túnel de interligação Odelouca-Funcho, actualmente em construção, e a barragem do Funcho.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Das cidades digitais ao Portugal Digital**

A Sociedade da Informação constrói-se projecto a projecto, encontrando-se actualmente a romper as fronteiras das cidades para se instalar no País.

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, lançou, segunda-feira, em Aveiro, o programa «Portugal Digital», destinado a apoiar projectos para a promoção da Sociedade da Informação, dando continuidade ao projecto das «Cidades Digitais».

Garantir que largos sectores da população disponham de competências básicas em Tecnologias de Informação e da Comunicação, promover a generalização rápida do acesso à Internet e a equipamento informático e modernizar a administração pública, são alguns dos objectivos do programa «Portugal Digital», cujo concurso formal foi lançado no dia 29.



Em declarações à margem da conferência «Sociedade da Informação em Portugal – Das Cidades e Regiões Digitais ao Portugal Digital», Mariano Gago disse que, informalmente, o programa já está no terreno, uma vez que há várias intenções de candidatura em apreciação.

Com uma duração de três anos, este novo programa de apoio a projectos para a promoção da Sociedade da Informação prevê um investimento de cerca de 60 milhões de contos no âmbito do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI).

DEFESA

**Orçamento da Defesa reforçado se necessário**

O ministro da Defesa português admitiu, no dia 26, em Lamego, durante o encerramento do Exercício Felino 2001, que, «se houvesse necessidade (...) o orçamento da Defesa seria aumentado, à custa dos cidadãos, o que seria sempre uma medida desagradável».

Rui Pena anunciou, a propósito da ameaça da bactéria do Anthrax, o reforço dos cursos da capacidade Nuclear, Biológica e Química (NBQ) já em funcionamento nos três ramos das Forças Armadas, a colocação de «umas dezenas de militares preparados para a luta deste tipo de capacidade, especificamente para isso».

Referiu ainda que serão reforçadas as escolas de NBQ «no sentido de se criar uma unidade única que preste essa capacidade a todos os ramos das Forças Armadas». Pena afirmou que o Executivo vai propor uma penalização mais forte para os que, com intuídos criminosos, lancem alarmes falsos.

O ministro da Defesa deslocou-se a Lamego para assistir, juntamente com autoridades militares, embaixadores e convidados, a uma acção combinada e conjunta dos três ramos das Forças Armadas e com as unidades de Forças Especiais dos Estados da CPLP, com aplicação das técnicas mais modernas, no resgate de prisioneiros em situações de risco.



DESPORTO

**Novo Complexo Desportivo de Leça da Palmeira**

O ministro do Desporto, José Lello, inaugurou, no dia 27, o Complexo Desportivo de Leça da Palmeira, uma obra orçada em mais de 700 mil contos e edificada na antiga base antiaérea de Leixões.

«É um dia de regozijo. Venho pela primeira vez, neste cargo, a Matosinhos e, particularmente a Leça da Palmeira, e logo para inaugurar um magnífico complexo, de grande qualidade arquitectónica e que vai trazer jovens para o desporto», afirmou Lello.

O Complexo Desportivo de Leça da Palmeira é composto por uma pista de tartan, com seis corredores, em volta de um campo relvado, bancadas para três mil pessoas, um polidesportivo, uma zona para desportos radicais, um ginásio e um anfiteatro.

Segundo o ministro, o Complexo de Leça da Palmeira é uma «mais-valia» para a população do concelho, nomeadamente a pista de tartan, que foi incluída neste projecto muito por força dos pedidos das campeãs portuguesas Manuela Machado e Rosa Mota.

«Espero que possam nascer aqui sucessores das madrinhas desta pista», disse ainda José Lello, que deu o tiro de partida para a primeira corrida realizada na nova pista, uma prova de três mil metros que contou com a participação de Manuel Machado.

O governante português deslocou-se a Leça da Palmeira a convite do Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda, segundo o qual o complexo é de «relevante importância para a comunidade de Leça e Matosinhos».



JUSTIÇA

**Pulseiras electrónicas: a fase seguinte...**

O ministro António Costa e o penalista Germano Marques da Silva insistiram, no dia 25, na necessidade de convencer os juizes de que o sistema de vigilância electrónica de arguidos é «viável, credível e eficaz» como alternativa à pena de prisão.

A medida, que entra em vigor em Janeiro de 2002 – após a assinatura de um contrato com a empresa SVEP/Segurança e Vigilância Electrónica de Pessoas para fornecimento

e manutenção das pulseiras –, tem uma fase experimental de três anos em 11 comarcas da Área Metropolitana de Lisboa.

Lisboa, Amadora, Sintra, Cascais, Oeiras, Loures, Almada, Seixal, Moita, Montijo e Barreiro foram os 11 locais escolhidos para testar as pulseiras electrónicas, que em alguns países alcançaram sucesso, ao credibilizar a figura da prisão domiciliária e fomentando a reinserção social e profissional dos arguidos.

Com a nova medida, pretende-se alcançar um universo de milhares de arguidos, muito embora, de início, o sistema só poderá ser aplicada em simultâneo a um número máximo de 250 pessoas. A fase experimental é justificada pelo ministro da Justiça, António Costa, pelo facto de toda a «inovação» exigir tempo para convencer a sociedade e os «aplicadores da medida» (juizes), das vantagens da mesma, não só para o arguido, como também para a comunidade em geral.

As cautelas impostas com o período experimental visam ainda evitar erros ou dificuldades que, doutra forma, poderiam comprometer o êxito da medida no médio e longo prazo.



**JUVENTUDE**

**Associações juvenis com mais de cinco milhões de contos**

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, afirmou, no dia 27, que as verbas ao dispor das associações juvenis em 2002 irão ultrapassar os cinco milhões de contos.

As declarações do secretário de Estado foram proferidas durante uma visita à freguesia de Valverde, no concelho do Fundão, onde presidiu à cerimónia de inauguração da sede da Associação Juvenil de Valverde (AJUVAL), estrutura que representa um investimento de 25 mil contos e que está instalada num velho solar agora recuperado.

«Vamos continuar a aumentar os apoios ao associativismo juvenil de um modo geral e temos uma verba de cerca de 425 mil contos para a construção, reconstrução ou beneficiação de sedes e de equipamentos», declarou o governante.

Miguel Fontes adiantou também que o Executivo prosseguirá com o programa de apoio às associações juvenis, através de financiamentos ao seu plano normal de actividade.

«Esse apoio terá uma expressão financeira muito significativa e ultrapassará um milhão de contos», acrescentou o secretário de Estado da Juventude, para quem o objectivo é «estimular a participação cívica dos jovens onde quer que eles estejam».



**NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

**Taxa de alcoolémia baixa em prol do direito à vida**

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, declarou, no dia 28, que o Governo está disponível para acolher as «evidências científicas» sobre os valores legais máximos de álcool no sangue para efeitos de condução.

A posição do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros foi assumida no final do Conselho de Ministros que assinalou dois anos de vida do Executivo do PS e que se realizou em São Bento em moldes informais.

De acordo com Gama, o primeiro objectivo do Governo com a recente revisão do Código da Estrada – que fez baixar o limite máximo da taxa de alcoolémia na condução de 0,5 para 0,2 gramas por litro de sangue – «foi proteger o direito à vida».

No entanto, o ministro referiu-se depois à intenção do Parlamento de criar uma comissão de carácter científico para avaliar o real impacto da medida.

«Essa comissão terá elementos da comunidade científica e o Governo está disponível para acolher as evidências cientificamente comprovadas», declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros.



**PLANEAMENTO**

**Pacto para Baixo Tâmega com 2,2 milhões de contos**

A ministra do Planeamento presidiu, no dia 29, à cerimónia de assinatura do Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Tâmega, que prevê investimentos de 2,2 milhões de contos (10,8 milhões de euros) nos seis municípios da sub-região.

Acompanhada de Ricardo Magalhães, secretário de Estado adjunto, Elisa Ferreira deslocou-se a Amarante após conferir posse à nova presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Isabel Cardoso Aires, em cerimónia que decorreu no Porto.

O Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Tâmega (PDBT) é uma parceria entre os Ministérios do Planeamento, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Cultura.

As principais intervenções serão executadas nos domínios da ruralidade, lazer e cultura nos municípios de Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Mondim de Basto, agrupados na Associação de Municípios do Baixo Tâmega (AMBT). O pacto foi assinado pela Associação de Municípios, Comissão de Coordenação da Região Norte, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho e Delegação Regional da Cultura do Norte.

O projecto de maior relevância no pacto designa-se «Serras do Baixo Tâmega – Pólos de Animação Rural» (550 mil contos, 2,8 milhões de euros), que abrangerá acções nas zonas da Aboboreira, Cabreira, Marão Ocidental, Monte Farinha e Viso e tem como objectivo «a promoção dos recursos naturais, patrimoniais e rurais das serras e a valorização das especificidades e saberes ancestrais das populações».



**PRESIDÊNCIA E FINANÇAS**

**Governo socialista está «mais coeso e apto»**

O ministro da Presidência e das Finanças considerou, no dia 26, que a actual equipa do Governo está agora mais coesa e apta para cumprir o seu programa do que no início da presente legislatura.

Guilherme d'Oliveira Martins recusou a ideia de ter sido o ministro mais promovido dentro do XIV Governo Constitucional, que domingo comemorou dois anos de vida.

«Sempre afirmei que o serviço público é o que me anima na vida política – e não penso em termos de carreira ou de promoção», respondeu o governante.

Porém, advertiu, «a incerteza económica do momento exige estabilidade e um espírito reformador que o Governo está a assumir com redobrado entusiasmo e que, por certo, produzirá frutos».

Até ao final da legislatura, em 2003, Oliveira Martins sustentou que «importa ligar mais coesão social e rigor, mais investimento e melhores políticas sociais activas (segurança social, educação, saúde, apoio ao mundo rural e à interioridade)».

«O Governo tirou lições da experiência e das dificuldades e o País poderá julgar», acrescentou o titular da pasta da Presidência e das Finanças.

De acordo com Oliveira Martins, para os próximos dois anos «as primeiras prioridades do Executivo são a convergência real com os parceiros europeus e a estabilidade política».



DEPUTADA HELENA RIBEIRO

Justiça

## COMBATE À CALUNIA E À INFÂMIA



O Grupo Parlamentar do PS exprimiu «profunda indignação» face às recentes afirmações do autarca «popular» de Marco de Canaveses, Avelino Ferreira Torres.

Na Assembleia da República, a deputada Helena Ribeiro fez eco da revolta socialista frisando que o edil em causa se transformou «num símbolo de intolerância».

«O grotesco da linguagem que usa, a arrogância de atitudes, a pouca lisura nos procedimentos políticos e a intolerância que tem caracterizado a sua intervenção cívica comprometem as regras de uma sã convivência democrática no Marco de Canaveses», disse a parlamentar do PS, acrescentando que se o discurso infame de Avelino Ferreira Torres «já não surpreende, não deixa porém de suscitar repulsa e indignação». Recorde-se que o autarca de Marco de Canaveses, a pretexto da decisão instrutória proferida pelo Tribunal Judicial local que o pronunciou pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, por um crime continuado de peculato de uso, dois crimes continuados de peculato e em autoria material e na forma consumada, por um crime continuado de abuso de poder, veio produzir

afirmações públicas que, segundo o GP/PS lesam o prestígio do sistema judicial português, colocando-o sob suspeição aos olhos da opinião pública e ofendem gravemente o Partido Socialista.

«Ao insinuar, se não mesmo afirmar, que a decisão proferida por um Tribunal foi de algum modo condicionada por pressões exercidas pelo Partido Socialista ou até mais especificamente, pelo Grupo Parlamentar do PS, o citado autarca difamou a autora do despacho de pronúncia e um partido que como o nosso, sempre pugnou pelo integral respeito do princípio da separação de poderes e jamais consentiu na violação da independência do poder judicial», declarou a deputada, para quem estas afirmações «não podem deixar de merecer uma firme condenação».

Mas, segundo Helena Ribeiro, «mais lamentável que o comportamento de Avelino Ferreira Torres foi a atitude assumida pelo deputado Paulo Portas» que, no afã de proteger um candidato do seu partido, não hesitou em pôr em causa a independência do poder judicial, deturpando os factos e atentando contra a verdade.» A deputada socialista terminou lembrando que «não há nenhuma vitória eleitoral que confira legitimidade democrática para atentar contra os princípios e as regras do Estado de Direito».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO BARROS MOURA

Tratado de Nice

## ABRIR CAMINHO AO ALARGAMENTO DA UE



O deputado do PS Barros Moura, numa intervenção no dia 24, na Assembleia da República, centrada sobre o Tratado de Nice, referiu que este texto tem os méritos fundamentais

de incluir «o compromisso possível sobre as complexas questões de poder em debate, sem alterar as características fundamentais do acervo comunitário e da própria União Europeia como união de povos e de Estados». Um tratado que, na sua opinião, «não altera sensivelmente, considerada no seu âmbito global, a posição relativa de Portugal que, numa UE alargada, passará a ter de construir novas alianças e convergências, nomeadamente com os países hoje candidatos, e que, tal como hoje, não poderá distanciar-se, antes terá de aproximar-se, do núcleo central dos países que, pelo seu nível de desenvolvimento, tenderão a comandar o ritmo de integração».

Para além das melhorias sectoriais, referiu, haver razões sérias para ratificar o Tratado de Nice que, entre outros aspectos, «abre caminho ao alargamento, superando os obstáculos de carácter institucional antes existentes».

Segundo o deputado do PS, «é do interesse comum dos cidadãos europeus, empenhados na criação de condições que garantam uma União de paz, democracia, prosperidade e coesão que o alargamento se concretize o mais rapidamente possível, depois de cumpridos os requisitos previstos nos tratados e no acervo comunitário».

Neste sentido, considerou, «é muito importante que tenha desaparecido o argumento, poderoso, segundo o qual a adesão de novos Estados, a manterem-se as regras anteriores, não apenas comprometeria a ambição do projecto europeu e a eficácia dos processos de decisão, como ainda lesaria gravemente a influência decisória de certos Estados-membros de maior dimensão demográfica, que já vinham a perder poder relativo de voto em consequência dos sucessivos alargamentos».

«Era, assim, fundamental conjugar a eficácia da decisão com a sua legitimidade democrática. Por isto, é justamente referido que o Tratado de Nice resolveu o obstáculo formal ao alargamento», acrescentou.

Permite ainda, continuou, «vencer o impasse institucional que se verificava praticamente desde o Tratado de Maastricht, e que Amesterdão simplesmente adia».

Para Barros Moura, «as soluções encontradas vão no sentido de conferir maior poder de voto, ou de bloqueio, no Conselho, aos Estados mais populosos, bem como, de manter uma relação tendendo para a proporcionalidade entre a população e os eleitos para o Parlamento Europeu, embora sem prejuízo de uma sobre-representação dos Estados mais pequenos».

Trata-se, sublinhou, «de uma solução que favorece a integração política num espaço supranacional, na via da aplicação do princípio democrático "um homem, um voto", de acordo com a natureza da UE como união de povos».

«Mas esta fórmula de distribuição de votos coexiste com a manutenção do princípio da igualdade entre os Estados-membros num conjunto importante de domínios, a começar pela regra sobre a própria revisão dos tratados e incluindo a manutenção da exigência de unanimidade para decisões mais importantes, nomeadamente as de carácter "constitucional" ou "para-constitucional"», disse. Barros Moura afirmou, a concluir, que «sem lesar as posições e interesses fundamentais do nosso país, o Tratado de Nice apresenta um conjunto de características que justificam plenamente a sua ratificação por Portugal como Estado interessado no avanço do processo de integração política europeia, agora que vai passar a circular a moeda comum, o euro, e que as circunstâncias da situação internacional pós 11 de Setembro reclamam, mais do que nunca, que a UE tenha voz autónoma, peso e influência específicos na cena internacional e capacidade de defender os valores do seu modelo social, da democracia e do Estado de Direito».

J. C. C. B.

DEFESA

Bancadas aderem

## FORÇAS ARMADAS NA SEGURANÇA INTERNA

Face à ameaça terrorista evidenciada pelos ataques de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, o recurso às Forças Armadas como forma de complementar as forças policiais em acções de manutenção da segurança interna pode ter-se tornado inevitável.

A opinião foi expressa, no dia 26, na Assembleia da República (AR), por deputados de todas as cores políticas – à excepção do representante do PCP – no debate de encerramento das jornadas de reflexão «O 11 de Setembro e as suas consequências a nível nacional e internacional», promovidas pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN).

Chamados a debater as implicações dos atentados para a «política de segurança e de defesa nacional», os parlamentares convergiram na possibilidade de a ameaça terrorista internacional levar à revisão de uma medida constitucionalmente vedada: o recurso às Forças Armadas para garantir a segurança interna.

Entre as possíveis missões a atribuir aos militares no domínio da segurança interna estão a protecção de «instalações estratégicas

ou de elevada sensibilidade», como as instalações da EPAL (que se chegou a teme, recentemente, estar a ser alvo de uma acção terrorista).

Centrar o debate nas prerrogativas das Forças Armadas em situações de excepção, como a que se vive desde 11 de Setembro, implicou a presença permanente de um outro tema nas intervenções da passada sexta-feira: o da necessidade de ser considerada a criação de uma «lei de Estado de Crise», que poderia ser invocado alternativamente aos actuais – e já constitucionalmente consagrados – estados de emergência e de sítio.

A medida foi defendida, em primeiro lugar, pelo deputado socialista Eduardo Pereira, que definiu o «Estado de Crise» como aquele em que «deixou de haver paz, mas não há ainda guerra», porque esta «não foi ainda declarada». A inexistência de uma Lei de Estado de Crise cria, no entender do presidente da Comissão de Defesa da AR, «dificuldades à acção dos agentes de segurança», num momento em que a prioridade devia ser «aumentar a confiança das pessoas», tornando «visíveis» os meios accionados para a garantir.

BANCADAS

União Europeia

## PS, PSD E CDS/PP RATIFICAM NICE

A proposta de resolução do Governo para a ratificação do Tratado de Nice foi aprovada, no dia 25, na Assembleia da República, com os votos favoráveis do Partido Socialista, do PSD e CDS/PP e os votos contra do PCP, BE e Verdes.

No debate parlamentar de quarta-feira, o deputado socialista Barros Moura

justificou a posição favorável do PS quanto à última reforma produzida na União Europeia, considerando que o tratado «abre o caminho ao alargamento, vence o impasse institucional, encerra o debate sobre o direito de voto e garante mecanismos contra a paralisia do processo de integração».



ESTRASBURGO

Eurodeputados socialistas

## LUÍS MARINHO ELABORA RELATÓRIO SOBRE DIREITO DE ASILO COMUNITÁRIO

O eurodeputado socialista português Luís Marinho vai ser o relator da proposta de regulamento sobre o Direito de Asilo comunitário, uma iniciativa do comissário europeu António Vitorino.

Luís Marinho, vice-presidente do Parlamento Europeu (PE), disse no dia 25 jornalistas portugueses, em Estrasburgo, que vai tentar concluir o relatório a tempo de o apresentar na Cimeira de Laeken.

O texto da Comissão Europeia fixa qual o Estado responsável pela concessão do asilo e responsabiliza aqueles que deixam entrar imigrantes de forma legal ou ilegal no espaço comunitário, explicou Luís Marinho, também membro da Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno do PE.

«Todos os Estados vão ter problemas» neste domínio, anteviu o eurodeputado, elogiando «a coragem» do comissário português António Vitorino de «transformar uma simples Convenção [de Dublin], inaplicável, num regulamento» que fixa o Direito de Asilo comunitário.



A legislação sobre o direito de asilo e a imigração para o espaço europeu constitui um dos grandes temas de intervenção de António Vitorino, cuja importância aumentou

depois dos ataques de 11 de Setembro nos Estados Unidos e da subsequente prioridade política máxima dada à luta anti-terrorista por parte dos Quinze.

### Manuel dos Santos quer reforço político da UE

O reforço da coesão política na Europa, tendo por base uma participação tendencialmente igualitária de todos os Estados-membros, sem exclusões e sem directórios, é a chave para o sucesso dos grandes objectivos da União Europeia nos domínios económico, social, de segurança e externo da sua acção.

Foi esta a ideia central defendida pelo eurodeputado socialista Manuel dos Santos no dia 24, na sessão plenária do PE, durante o debate do relatório sobre a reforma do Conselho da União Europeia.

Na sua intervenção, o camarada Manuel dos Santos considerou que «a passividade, a indefinição, a divisão e a controvérsia» que actualmente reina entre os pares da UE conduz «à incapacidade da transformação»

e dá razão aos que vêm a União como «um simples grupo de merceiros, preocupado em dividir, nem sempre de forma equitativa e justa, os limitados recursos financeiros colocados à sua disposição».

### Casaca critica encerramento de delegação

O eurodeputado socialista Paulo Casaca, por sua vez, teve no dia 24 duras críticas ao plano de reorganização do Serviço de Relações Externas da Comissão Europeia que prevê o encerramento, a redução do estatuto e a diminuição do pessoal em mais de duas dezenas de representações externas da UE, entre elas a de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e da Guiné Equatorial. Segundo o camarada Paulo Casaca, esta medida poderá pôr em causa o esforço de cooperação e desenvolvimento da UE para com os países mais pobres, pequenos e periféricos do mundo, cujo êxito depende, em larga medida, de uma presença forte, responsável e credível da Comissão Europeia no terreno.

EUA/ATENTADOS

António Vitorino considera

## É ABUSIVO CONFUNDIR IMIGRAÇÃO COM TERRORISMO

O camarada António Vitorino considerou no dia 25 «abusiva» qualquer confusão entre imigração e terrorismo, defendendo «políticas responsáveis que garantam o sucesso da integração», nomeadamente dos 14 milhões de muçulmanos residentes na Europa.

O comissário europeu para a Justiça e Assuntos Internos falava no âmbito da conferência internacional «Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global», realizada na semana assada na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, onde hoje foi o principal orador, com um discurso sobre «A Europa na Encruzilhada da Segurança Global».

Questionado acerca de uma eventual limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em nome da segurança colectiva, o antigo vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa advogou que «o reforço da segurança é instrumental em relação à maneira de viver à liberdade».

«Nenhum mecanismo de segurança pode aniquilar ou destruir a liberdade», frisou.

No entanto, admitiu que «para impedir os criminosos e terroristas de beneficiarem das liberdades, podem justificar-se – e tem havido exemplos históricos – restrições e limitações

às liberdades, mas só as estritamente necessárias para responder à ameaça e sempre proporcionais à natureza da ameaça». Para António Vitorino, «fica fora de questão qualquer supressão integral de direitos ou liberdades, mas estará antes em causa, constantemente, encontrar o justo equilíbrio entre as limitações dos direitos e as necessidades da segurança».

Esta tese aplica-se também no plano europeu porque, como salientou, «hoje em dia há liberdade de circulação e não podemos permitir que deixe de assim continuar a ser neste espaço sem fronteiras».

Para tal, explicou, «está em fase de adopção um conjunto de medidas de cooperação policial e judiciária, para impedir que os criminosos beneficiem da liberdade de circulação».

Relativamente às migrações, foi incisivo: «Acho abusivo confundir imigração com terrorismo.»

Dito isto, concluiu preconizando «políticas de imigração e asilo responsáveis, que garantam o sucesso da integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento e impeçam os terroristas de beneficiarem delas».

BRUXELAS

Mediterrâneo

## ESPAÑA E SUÉCIA VÃO LANÇAR PLANO PARA IMPULSIONAR O DIÁLOGO

A Espanha lançará juntamente com a Suécia um plano de acção para impulsionar o diálogo entre culturas e civilizações da margem mediterrânica na reunião ministerial do próximo dia 5 de Novembro, informou no dia 26 a presidência belga da União Europeia.

Essa iniciativa será analisada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE na reunião que realizará segunda-feira no Luxemburgo, segundo informou em conferência de imprensa o director do serviço de coordenação europeia do Ministério dos Negócios Estrangeiros belga, Dirk Wouters.

O plano espanhol e sueco enquadra-se no Processo de Barcelona, estratégia de cooperação euro-mediterrânica que se pretende relançar durante a presidência espanhola da UE, no próximo semestre, segundo o funcionário superior belga.

Todos os países da margem sul do mediterrâneo, incluindo a Líbia, assistirão à reunião ministerial euro-mediterrânica, que se realizará nos próximos dias 5 e 6 em Bruxelas.

Esse encontro de dois dias terá uma

importância especial tendo em conta as circunstâncias actuais após os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, segundo o executivo comunitário.

Processo de Barcelona iniciou-se numa reunião entre os países membros da UE e os seus parceiros do mediterrâneo em 1995 na cidade com o mesmo nome.

A primeira conferência euro-mediterrânica pôs em marcha uma estratégia de cooperação entre ambas as partes com o objectivo de criar uma zona livre de comércio em 2010.

Os doze parceiros mediterrânicos da UE, de pleno direito, são a Síria, Líbano, Tunísia, Marrocos, Israel, Palestina, Turquia, Chipre, Malta, a Argélia, Egipto e Jordânia, enquanto a Líbia e a Mauritânia tem o estatuto de observadores.

Por seu lado, onze países mediterrânicos, entre os quais Portugal, representado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, estiveram reunidos na semana passada em Agadir, Marrocos, para concertar medidas que garantam a segurança e a estabilidade na região.

## APOIOS PORTUGUESES PARA ACÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS PÚBLICOS

**P**ortugal estabeleceu na passada sexta-feira, dia 26, dois protocolos com Timor-Leste em que se compromete a apoiar projectos de acção social para crianças e jovens carenciados e a participar na criação de um serviço público de rádio e televisão no território. Os protocolos de cooperação foram assinados, em Lisboa, pelo primeiro-ministro português, António Guterres, e pelo ministro-chefe do Governo transitório timorense, Mari Alkatiri, que se deslocou a Portugal na sua primeira visita oficial desde que foi empossado. O primeiro acordo estabelece «a concepção e implementação de um projecto de apoio a uma ou mais instituições locais de acção social para crianças e jovens nos domínios do acolhimento e da formação profissional». Destinado a crianças e jovens «em situação de precariedade, risco e desadaptação social», o projecto beneficiará da participação da Casa Pia de Lisboa, tendo em conta a sua «larga experiência nesta área social», segundo se lê no texto assinado.

O protocolo estabelece que Portugal, através do Ministério do Trabalho e Solidariedade, investirá neste projecto, a partir de 2002 e durante três anos, até 50 mil contos. Esta verba será aplicada na reabilitação ou adaptação de edifícios, na aquisição de equipamentos e na melhoria da formação do pessoal das entidades locais participantes no projecto.

O segundo protocolo prevê o apoio português à criação de um serviço público de rádio e televisão em Timor-Leste, bem como ao arranque da difusão regular desse serviço público, o que será feito através da



RTP e da RDP. Após a assinatura dos protocolos, Guterres salientou que a cerimónia constituiu «algo de invulgar», uma vez que «normalmente os acordos entre os Estados em matérias de diversa natureza são assinados pelos responsáveis ministeriais das respectivas pastas».

A decisão de os protocolos serem assinados pelos chefes dos governos visou, assim, «significar o carácter absolutamente único que existe nas relações» entre Portugal e Timor-Leste, afirmou, sublinhando a pretensão de «construir uma relação de cooperação exemplar».

António Guterres reiterou ainda a intenção – expressa já pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama – de, «no dia a seguir

à independência» de Timor-Leste, assinar um tratado de amizade e cooperação e o primeiro programa trienal estratégico de cooperação, «de acordo com aquilo que são e forem as opções do governo timorense».

### Preparar o novo «Sol Nascente»

No quadro da cooperação, frisou o primeiro-ministro, Portugal «não tem outra ambição que não seja a de corresponder plenamente àquilo que for a vontade do povo timorense estabelecida pelos seus legítimos representantes».

Guterres manifestou ainda a sua satisfação por «receber como colega» Mari Alkatiri, recordando que muitas vezes o encontrou em momentos de «sofrimento, de angústia e

de dificuldade».

Alkatiri começou por recordar que passou muitas vezes por Lisboa, mas nunca pensara que chegaria o dia em que estaria a assinar os primeiros acordos do governo de transição «em duas áreas fundamentais».

A propósito, salientou que os dois protocolos «marcam claramente a política do governo timorense daqui para o futuro».

Mari Alkatiri disse que a primeira visita de trabalho que efectuou no território após a posse foi a órgãos de Comunicação Social, nomeadamente à rádio e à televisão, que «descuravam o uso da língua portuguesa». A intenção foi que «ficasse clara a mensagem de que a opção da liderança timorense [de adoptar o português como língua oficial] é uma opção de carácter estratégico».

Por outro lado, recordou que expressou no dia da sua posse que «a linha fundamental» da acção do governo seria o combate à pobreza.

Sobre o tratado de amizade e cooperação a assinar após 20 de Maio de 2002, «dia da independência formal de Timor-Leste», disse que será assinado «com orgulho» por, «depois de todas as tentativas de separar estes dois povos», se ter conseguido «vencer todos os desafios», de modo a que Portugal e Timor Loro Sae (Sol Nascente) sejam «países irmãos».

Na cerimónia de assinatura dos protocolos participaram os ministros da Cultura, Trabalho, Equipamento Social, Justiça, Finanças e Administração Interna, além do secretário de Estado da Comunicação Social, dos presidentes da RTP e da RTP e do Comissário para o Apoio à Transição de Timor-Leste.

## NÃO HAVERÁ DESENVOLVIMENTO SEM DEMOCRACIA

**T**imor-Leste não terá verdadeiro desenvolvimento sem democracia, defendeu no dia 27 em Macau o líder histórico timorense Xanana Gusmão, advertindo também que «não haverá democracia sem estabilidade».

«Não haverá desenvolvimento sem democracia, mas não haverá democracia sem estabilidade e sem os benefícios sociais e económicos que a estabilidade cria», disse Xanana Gusmão, ao apresentar uma comunicação sobre oportunidades de investimento em Timor-Leste a participantes na VI Feira Internacional de Macau (FIM).

Xanana Gusmão traçou uma panorâmica da evolução de Timor-Leste desde a luta pela autodeterminação até às eleições de 30 de Agosto, referindo que «com as eleições o povo timorense deu um grande exemplo de civismo e de rejeição da violência, apesar

dos receios que existiam».

O líder timorense disse que a paz e a segurança em Timor-Leste já são realidades estabelecidas, mas salientou que «as necessidades são ainda tantas que é difícil definir prioridades».

### Educação, saúde e infra-estruturas

Referindo que cerca de 800.000 habitantes de Timor-Leste têm idades inferiores a 20 anos, Xanana Gusmão apontou a educação, a saúde e as infra-estruturas como apostas fundamentais do governo timorense, mas defendeu uma visão liberal para o desenvolvimento do tecido económico.

«O funcionamento da economia deve ser deixado à iniciativa privada para evitar a

criação de um Estado-pai ou de um Estado-padrão», disse Xanana Gusmão aos participantes na FIM.

O líder histórico timorense, que é dado como certo no cargo de primeiro presidente de Timor-Leste independente, disse a potenciais investidores que, apesar de os recursos petrolíferos do Mar de Timor apresentarem a tentação da riqueza fácil, «a aposta que Timor quer fazer é na orientação do desenvolvimento económico para os recursos renováveis como a pesca, o turismo e a agro-indústria».

Para Xanana Gusmão, a ajuda internacional foi factor fundamental para o estabelecimento do que irá tornar-se o «primeiro país independente do novo milénio», mas «a presença em Timor de milhares de estrangeiros ligados às Nações Unidas produziu uma economia fictícia, que

irá sofrer um grande abalo com a progressiva retirada da estrutura da ONU». Números do Banco Asiático de Desenvolvimento indicam que cerca de 75 por cento da população de Timor se dedica à agricultura de subsistência.

Xanana Gusmão considerou que «a falta de emprego para a população jovem é uma ameaça à estabilidade política».

Entretanto, em resposta a uma pergunta da assistência, Xanana Gusmão defendeu o uso do português como língua oficial de Timor-Leste, considerando que é um dos grandes factores de identidade que «individualiza e torna a "meia-ilha" diferente das outras 17.000 ilhas do arquipélago indonésio».

«O uso do português não é uma questão de nostalgia, é uma questão de afirmação de identidade histórica e cultural», disse Xanana Gusmão.

## MARIANO GAGO MOSTRA OBRA REALIZADA

**A** política científica e tecnológica desenvolvida pelo Executivo nos últimos cinco anos salda-se por uma convergência de vários indicadores relativamente à média europeia, defendeu no dia 26 José Mariano Gago.

O ministro da Ciência e Tecnologia respondeu na Assembleia da República a algumas críticas «soft» feitas por deputados da oposição.

O confronto de opiniões surgiu durante a reunião entre o ministro da Ciência e da Tecnologia e deputados da Comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura sobre as principais linhas orientadoras da proposta de Orçamento de Estado para 2002.

A questão sobre a convergência ou divergência de Portugal relativamente à média europeia em termos de indicadores científicos e tecnológicos, o escoamento de profissionais altamente habilitados e a gestão de recursos humanos, bem como a aplicabilidade prática no desenvolvimento económico e cultural do país dos índices de penetração de Internet registados foram os temas dominantes da sessão.

O Governo propõe-se investir no próximo ano mais cerca de 20 por cento no desenvolvimento científico e tecnológico do país, o equivalente a um acréscimo de 12 milhões de contos no orçamento do



ministério do sector.

A proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2002 fixa a despesa total consolidada do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) em 78,3 milhões de contos (390,8 milhões de euros), mais de 19,1 por cento face à estimativa de execução dos gastos públicos do sector no ano em curso (até ao final deste ano o MCT deverá gastar um total de 66 milhões de contos).

David Justino, da bancada do PSD, elogiou o facto de, pela primeira vez, se registar uma redução (5,8 por cento) da fatura de orçamento destinada ao funcionamento do

ministério, e um crescimento de 22 por cento em investimento.

O deputado laranja, relativamente à política científica e tecnológica nacional, afirmou que carece de um plano de acção que defina um conjunto de áreas prioritárias, relacionadas com o acesso à Internet nas escolas e a alegada falta de exploração de nichos de mercado vantajosos em Portugal, que possam representar oportunidades de crescimento.

Sobre a questão dos conteúdos, Mariano Gago lembrou o Programa Conteúdos.pt, afirmando que, pela primeira vez, foi efectuada uma avaliação da quantidade dos conteúdos, estando previsto pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) estimular a produção dos que forem considerados de interesse público.

Outra questão sublinhada pelo ministro foi a do pagamento do acesso à Internet pelas escolas.

«Nenhuma escola paga seja o que for sobre a ligação à Internet. Na totalidade das escolas portuguesas as ligações, o tráfego e a gestão são integralmente pagos pelo orçamento do MCT», frisou Mariano Gago.

O ministro, que lembrou um conjunto de números que indiciam e provam a convergência de Portugal relativamente à média europeia no domínio da ciência e da

tecnologia, lembrou que «não existem soluções milagreas para o atraso estrutural do país», sendo necessário, isso sim, um esforço continuado para o resolver.

Face à acusação da falta de existência de um plano de desenvolvimento da política científica e tecnológica, Gago retorquiu dizendo que ele existe, com prioridades enunciadas nas Grandes Opções do Plano (GOP) de 2001.

Respondendo a algumas preocupações de uma deputada do PCR, o ministro salientou que as áreas onde mais avanços se têm registado no sentido da criação de novos laboratórios são as das telecomunicações, robótica e química verde.

Luis Fagundes Duarte, do Partido Socialista, pediu apenas que fosse continuada e dinamizada a ligação entre empresas e investigação científica, um objectivo enunciado, aliás, nas GOP para 2002.

O montante proposto para a despesa do Ministério no próximo ano representa 0,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e 0,8 por cento dos gastos totais da Administração Central em 2002.

A maior variação em relação a 2001 centra-se nos Investimentos do Plano (mais 65,1 por cento), destinados a financiar projectos de investigação e formação em todos os domínios científicos e a dinamizar a Sociedade de Informação.

## NOVA GESTÃO HOSPITALAR COM PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

**A**ntónio Guterres assegurou, sábado, em Penafiel (Porto), que a responsabilidade do Estado no domínio da saúde não será afectada «em nada» com a anunciada adopção de um novo modelo de gestão dos hospitais portugueses.

Na inauguração do novo Hospital do Vale do Sousa, o primeiro-ministro salientou o carácter inovador da experiência de gestão a desenvolver naquela unidade – Entidade Pública Empresarial –, afirmando que o que se pretende é «assegurar uma maior eficácia no tratamento dos doentes, uma maior humanização e uma melhor rentabilidade dos meios postos à disposição do hospital».

Trata-se de uma «inovação fundamental» que, de acordo com o primeiro-ministro, «não alterará o princípio do Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e tendencialmente gratuito, assumindo o Estado a garantia de todos os direitos dos cidadãos neste domínio».

«Não estamos agarrados a nenhum modelo ideológico em relação à forma

como devem ser orientados os trabalhos conducentes à melhor prestação possível de cuidados», disse, considerando que «o que conta é a qualidade com que as pessoas podem aceder ao seu direito à saúde e ver resolvidos os seus problemas».

Segundo Guterres, é necessário «inovar» e desenvolver «um conjunto de iniciativas em torno destes modelos das entidades públicas empresariais» e «apostar em novas parcerias, do Estado com outras entidades do sector público e do Estado com entidades do sector privado».

O chefe do Governo considerou que «esta forma inovadora e flexível procura também aproveitar e valorizar as diversas competências e capacidades dos profissionais de saúde» e, simultaneamente, «aumentar a confiança dos utentes no SNS».

O Hospital do Vale do Sousa é «exemplar porque alia um nível de competência dos profissionais a meios extremamente sofisticados de diagnóstico e terapêutica», acrescentou.

No final da sessão, em declarações aos jornalistas, o ministro da Saúde, Correia de Campos, explicou que o modelo de gestão a adoptar no Hospital do Vale do Sousa consiste em transformar aquela unidade numa «empresa pública, com capital social e órgãos próprios».

«É uma experiência semelhante à de Santa Maria da Feira, Barlavento Algarvio e Matosinhos, com a diferença de que nestes estabelecimentos não havia capital social, porque não estava ainda em vigor a nova legislação das Entidades Públicas Empresariais», referiu acrescentando que o objectivo é «alargar a experiência a outros hospitais portugueses».

De acordo com Correia de Campos, «os meios podem ser do recurso empresarial, mas os resultados pretendidos são a satisfação rigorosa do que está previsto na Constituição».

O governante desvalorizou informações relativas a falta de médicos e de formação para dominar o equipamento sofisticado existente no hospital, considerando que «não é possível ter a conjugação temporal

exacta entre o pessoal formado na tecnologia necessária e toda a tecnologia no mesmo momento».

Orçado em 14 milhões de contos, o Hospital Padre Américo – Vale do Sousa, sediada em Penafiel, destina-se a servir uma população superior a 300 mil habitantes dos concelhos de Penafiel, Paredes, Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

Na cerimónia de inauguração estiveram presentes ou representados todos os presidentes de câmara, dos municípios abrangidos pelo novo hospital, com excepção da autarca de Felgueiras.

O novo hospital substitui três antigas unidades: o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental de Penafiel, o Hospital de Penafiel e o Hospital de paredes.

A nova unidade de saúde – implantada numa área de 95 mil metros quadrados e com 11 pisos – começou a ser construída em Junho de 1997 e terminou em Maio de 2001.

Dispõe de 390 camas, espalhadas por 17 especialidades.

DIA MUNDIAL

Poupança

## NÍVEIS MELHORAM MAS SÃO AINDA INSUFICIENTES

**A** poupança em Portugal apresenta sinais de alguma melhoria, embora ainda insuficientes, na opinião de analistas.

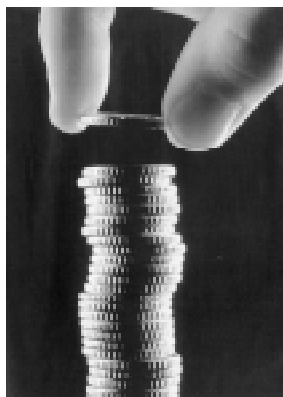
Na altura em que se comemora o Dia Mundial da Poupança, no dia 31 de Outubro, o endividamento das famílias continua a acentuar-se, embora a um ritmo menos vivo do que aquele que se verificou desde finais de 1998 até ao fim de 1999.

Entre finais de 1998 e o terceiro trimestre de 1999, o crédito bancário a particulares cresceu acima dos 30 por cento em comparação homóloga (face ao mesmo período do ano anterior), enquanto actualmente se situa abaixo dos 20 por cento. O abrandamento do consumo privado na primeira metade de 2002 aponta no sentido de uma retracção da despesa das famílias, que estará, provavelmente, associado a uma evolução ligeiramente positiva da poupança.

A taxa de poupança representou no ano passado 8,8 por cento do rendimento disponível, contra 8,2 por cento em 1999, segundo o Banco de Portugal.

O endividamento total das famílias poderá representar, no fim de 2001, cerca de 93 por cento do seu rendimento disponível, segundo previu Ana Cristina Leal, do Departamento de Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal, que falava num seminário sobre endividamento de particulares.

Contudo, grande parte da dívida é a longo prazo. Se tivermos em conta os dados disponíveis para 1999, actualmente as famílias portuguesas deverão gastar mais



de um quinto do seu rendimento no pagamento de amortizações e juros da dívida.

Pedro Braz Teixeira, economista-chefe do BSCH, assinalou que os últimos indicadores apontam para que desde 2000 se assista a um aumento da poupança das famílias.

Cristina Casalinho, economista-chefe do BPI, recordou que os dados do Banco de Portugal revelam que a taxa de poupança melhorou em 2000.

Manifestou-se convicta de que se mantenha essa tendência, com a desaceleração do consumo privado, dado que não houve decréscimo real do rendimento disponível.

## PORTUGAL SOCIALISTA



### TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

Com entrevista a Augusto Santos Silva

JÁ À VENDA

## Orçamento de Estado 2002 Autarquias Locais

O Orçamento de Estado para o ano 2002 prevê um montante de cerca de 462 milhões de contos de transferências para as Autarquias Locais. A distribuição desse montante é a seguinte:

### Municípios

Fundo de Base Municipal, Geral Municipal e Fundo Coesão Municipal .....	415,6	milhões de contos
Transportes Escolares .....	4	" "
Cooperação Técnica e Financeira .....	4	" "
Policiais Municipais .....	0,14	" "
<b>TOTAL .....</b>	<b>423,74</b>	<b>" "</b>

### Freguesias

Fundo de Financiamento das Freguesias .....	34,0	milhões de contos
Novo Estatuto Remunerativo .....	0,975	" "
<b>TOTAL .....</b>	<b>34,975</b>	<b>" "</b>

### Outras Transferências

Auxílios Financeiros, Edif. Sede J. Freg. e Munic .....	3,0	milhões de contos
Áreas Metropolitanas .....	0,4	" "
<b>TOTAL .....</b>	<b>3,4</b>	<b>" "</b>

Destas transferências, as verbas respeitantes às Finanças Locais, de cerca de 449,7 milhões de contos, correspondem a um acréscimo de 11,5% em relação a 2001 e deve-se ao facto de pela aplicação da Lei das Finanças Locais, o mesmo ser calculado, em função dos impostos cobrados em 1999 (média aritmética de IRS+IRC+IVA).

Devido à alteração da Lei das Finanças Locais ainda no decorrer deste ano, são garantidos crescimentos mínimos que beneficiam em primeiro lugar os pequenos municípios e Freguesias.

MUNICIPIOS	Municípios (nº hab)				Cresc. Mínimo Geral
	<10.000	10.000 - 20.000	20.000 - 40.000	40.000 - 100.000	
Taxa de cresc. mín. (em relação ao cresc.méd.)	1,25	1,00	0,80	0,60	2,75%

FREGUESIA	Freguesias (nº hab)			Cresc. Mínimo Geral
	<1.000	1.000 - 5.000	>5.000	
Taxa de cresc. mín. (em relação à taxa de inflação prevista)	1,25	1,00	0,80	2,75%

Em termos evolutivos é importante apresentar os montantes de Fundos Municipais, que desde 1995, foram transferidos para as Autarquias Locais.

RUBRICAS/ANOS	Un.: Contos				Acréscimo em %	
	1995	2000	2001	2002	2001/02	2002/95
Municípios	214.082.244	327.351.667	372.853.131	415.623.500	11.5%	94.1%
Freguesias	12.816.022	27.742.000	30.569.922	34.067.500	11.4%	165.8%
<b>Total</b>	<b>226.898.266</b>	<b>355.093.667</b>	<b>403.423.053</b>	<b>449.691.000</b>	<b>11.5%</b>	<b>98.2%</b>

Como se pode verificar no mapa acima, o Governo do PS, desde 1995, que longo dos mandatos, tem aumentado significativamente as transferências para as Autarquias Locais. No que respeita aos Municípios, de 1995 para 2002, vão ser transferidos mais de 201 milhões de contos, ou seja um acréscimo de 94,1%.

Quanto às Freguesias o acréscimo é ainda mais significativo, correspondente a um crescimento de 166% no período de 1995 a 2001.



## SUSTENTABILIDADE PARA AS NECESSIDADES

**O** Executivo socialista vai aumentar os gastos com o ensino superior, no próximo ano, a uma taxa que mais do que duplica a dos ensinos básico e secundário, apesar de o ministro definir o ensino básico como prioridade.

Segundo o orçamento do Ministério da Educação para 2002, apresentado, no dia 25, em conferência de Imprensa, as despesas com o ensino superior vão subir 7,5 por cento, enquanto o conjunto dos gastos com o ensino básico (nove primeiros anos de escolaridade) e secundário (10º ao 12º anos) cresce 3,3 por cento.

O ministro da Educação justificou esta diferença com o aumento do número de alunos no ensino superior, enquanto no ensino básico tem havido decréscimo.

«A previsão para 2002 do crescimento do número de alunos no ensino superior é de dois por cento no subsistema universitário e 5,5 por cento no politécnico», acrescentou.

Reconhecendo que «não foi possível cumprir» a aproximação dos orçamentos para as universidades e politécnicos ao orçamento-padrão, Júlio Pedrosa afirmou que «vai ser feito um trabalho com as instituições sobre o modelo de afectação dos



recursos», isto é, sobre a fórmula de financiamento.

O governante defendeu novas formas de «fazer gestão pública», de combate ao desperdício e afirmou querer «fazer mais com os mesmos recursos».

Sem especificar as novas formas de gestão pública, Pedrosa afirmou que o Orçamento é «o reflexo de uma política de exigência e de rigor e tem em conta o programa de reforma da despesa pública».

Para o próximo ano, o ministro conta com

mais 55 milhões de contos para despesas de funcionamento e oito milhões para investimento, face ao orçamento de 2001.

O Orçamento para 2002, disse, permitirá ao Ministério da Educação «sustentabilidade para as necessidades» e avançar com as grandes prioridades definidas: expansão da educação pré-escolar, revisão curricular do ensino secundário, avaliação curricular do ensino básico (provas de aferição), criação de modos diversificados de inserção dos jovens na vida activa e maior articulação do secundário com o ensino superior.

O ministro falou ainda da necessidade de dar «outro estatuto social» ao ensino tecnológico e artístico e de desenvolver a oferta de cursos de educação tecnológica, o que, segundo Júlio Pedrosa, já está a ser feito em ligação com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

No ensino superior, onde Pedrosa considera que «há hoje novas necessidades, designadamente ao nível das pós-graduações», a prioridade é a consolidação do sistema.

O ministro salientou a necessidade de aumentar a oferta na área da Saúde e de ordenar a rede do ensino da saúde não médico (enfermagem e tecnologias da saúde).

## GOVERNO INVESTE 40 MILHÕES DE CONTOS EM ESTRADAS

**O** Governo Regional dos Açores vai investir cerca de 40 milhões de contos em obras de construção e repavimentação de estradas do arquipélago, nos próximos três anos.

A informação foi avançada pelo secretário regional da Habitação e Equipamentos, no dia 30, durante uma reunião com os deputados da Comissão de Política Geral, realizada na Horta, na sequência de uma série de audições a propósito da proposta de Plano e Orçamento para 2002.

Na ocasião, José Contente realçou que este valor de investimento nas estradas, «não tem precedentes na Região», e que se deve ao reforço de uma nova metodologia de investimento, que está em curso, chamada Project Finance.

O governante adiantou, por outro lado, que os 13 milhões de contos inscritos no seu departamento governamental para 2002 prevêm também investimentos no sector da habitação, com especial destaque para a continuação das obras de reconstrução dos estragos provocados pelo terramoto de 1998 no parque habitacional das ilhas do Faial e Pico.

Em matéria de Protecção Civil, a

preocupação de Contente centra-se nos novos equipamentos que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos pretende disponibilizar aos bombeiros da Região, que integram, nomeadamente, a renovação das frotas de ambulâncias e a aposta na formação dos «soldados da paz».

«Além disso – adiantou – estão a decorrer vários estudos, cartas de risco e outras situações de apoio, por parte da Universidade dos Açores, que permitirão assegurar o sistema e dar-lhes cada vez mais eficácia perante as intempéries que assolam a Região».

No seu entender, o Plano de Investimentos do Governo socialista para 2002 continuará também a reforçar o sector da construção civil, que mantém uma «forte vitalidade nos Açores».

### Sistema de cooperação favorável às autarquias

No mesmo dia, o secretário regional adjunto da Presidência anunciou que o Governo Regional açoriano apresentará, em breve, à Assembleia Legislativa Regional, uma proposta de alteração ao

regime de cooperação entre o Governo e as autarquias.

Francisco Coelho, que falava à saída de uma reunião com a Comissão de Política Geral da Assembleia, relacionada com a proposta de Plano e Orçamento para 2002, adiantou que o novo projecto de cooperação técnico-financeira entre a Administração Regional e Local será mais abrangente e alargado.

«O diploma prevê comparticipações financeiras mais favoráveis para os municípios ao nível do desporto, do ordenamento do território, do turismo e do lazer, entre outras áreas», destacou o governante.

O titular da pasta da Administração Pública frisou ainda que o governo açoriano pretende manter a cooperação financeira com as autarquias, nomeadamente no que concerne ao suporte de parte substancial dos juros de empréstimos contraídos pelas Câmaras Municipais da Região, para fazer face a projectos co-financiados pela Comunidade Europeia.

A aposta na modernização administrativa foi outro dos investimentos destacados por Francisco Coelho na reunião com os deputados açorianos, onde deu a conhecer

a intenção do Executivo socialista de arrancar, em 2002, em colaboração com as respectivas Juntas de Freguesia, com os três primeiros postos piloto da Região da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, que serão criados nas Capelas (São Miguel), São Sebastião (Terceira) e Santo Antão (São Jorge).

«Trata-se de uma aposta profunda na modernização administrativa, dentro do espírito da Loja do Cidadão, na sequência do protocolo assinado no decorrer deste ano, na Horta, com o ministro da Administração Pública e da Reforma de Estado, e que irá certamente mudar a face da Administração e dar um grande apoio aos cidadãos», lembrou.

Além destas áreas, Francisco Coelho realçou ainda a aposta na formação profissional dos agentes da Administração Regional, que só para o próximo ano integra uma centena de acções, envolvendo cerca de dois mil funcionários públicos.

A proposta de Plano e Orçamento do Governo Regional para 2002, num montante de 150 milhões de contos (cerca de 750 milhões de euros) será apreciada e votada no plenário de Novembro da Assembleia Legislativa Regional.



## Abrantes

### Requalificação do Largo dos Combatentes da Grande Guerra

Já tiveram início as obras de requalificação do Largo dos Combatentes da Grande Guerra, em Tramagal.



Em breve, a vila vai poder oferecer aos seus habitantes e visitantes um espaço público, que desde sempre foi local de encontro para as mais variadas realizações de lazer, renovado e dignamente reabilitado.

Um auditório/palco, uma fonte, um novo esquema de iluminação, entre outros melhoramentos, vão constar deste novo espaço.

A obra de recuperação está orçada em cerca de 95 mil contos.

## Albufeira

### Folclore europeu no auditório municipal

O auditório municipal de Albufeira acolheu na noite do dia 29 um espectáculo de folclore europeu.



Dezenas de artistas desfilaram, cantaram e dançaram para todos aqueles que encheram o auditório para conhecerem um pouco mais da etnografia europeia. Estiveram presentes grupos da Bélgica, Espanha, Croácia, França, Grécia, entre outros países.

Actuaram ainda o Rancho Folclórico Infantil de Albufeira, e os ranchos de Faro, Lagos e Cascais.

## Amadora

### Autarquia inaugura complexo desportivo começado a construir há 17 anos

A Câmara da Amadora inaugurou no dia 27 o complexo desportivo do Monte da Galega

na Freguesia de S. Brás, um projecto com campo de futebol e pista de atletismo que começou a ser construído, pasme-se, em 1984.



«Mais vale tarde que nunca», frisou Joaquim Raposo, presidente da Câmara Municipal da Amadora, na cerimónia de inauguração do complexo desportivo do Monte da Galega, construído a pensar em provas oficiais de atletismo, mas tal não vai ser possível por causa da localização e do vento.

«Uma obra destas que começa há 17 anos e que só agora acaba é porque há naturalmente alguma coisa mal», disse Joaquim Raposo, acrescentando que o projecto deveria ter tido outra localização e um acompanhamento da Federação Portuguesa de Atletismo e a Federação Portuguesa de Futebol.

«Se assim fosse não haveria um conjunto de deficiências que entretanto foram corrigidas», disse Joaquim Raposo, acrescentando que, no entanto, «não vai ser possível homologar resultados das provas oficiais de atletismo por causa do vento». «Mas a nível de formação de atletas este estádio tem todas as condições e é aí que vamos apostar», disse Joaquim Raposo, acrescentando que a autarquia vai procurar outro local que permita fazer provas oficiais e encontros internacionais de atletismo.

Assim, sem as provas oficiais de atletismo, o futebol é a chave do bom êxito destas instalações, com a garantia de que será utilizado pelo «embaixador do concelho a nível do desporto», o clube de futebol Estrela da Amadora.

«Em relação ao futebol, aquilo que desejo, é que este estádio possa ser utilizado em jogos oficiais pelo Estrela da Amadora e outros clubes, no sentido de cativar a população jovem desta parte norte do concelho e a massa associativa dos clubes», sublinhou Joaquim Raposo.

O regulamento do complexo desportivo ainda está em discussão pública na autarquia e as colectividades do concelho, ligadas à prática desportiva, esperam que o documento tenha em conta preços baixos relativos às taxas de utilização.

Segundo Joaquim Raposo, o regulamento «é claro» e define um conjunto de prioridades, que tem a ver com a competição e com a formação, mas garante que o documento será adaptado com o tempo.

«Não há nenhuma experiência de gestão de um equipamento destes, e é natural que surja um conjunto de pequenas correcções que será preciso fazer ao longo deste processo», concluiu o autarca.

Para José Maria Salgado, presidente do

clube de futebol Estrela da Amadora, o clube mais representativo da cidade, «o futebol é festa e arrasta multidões que ajudarão a projectar o nome do complexo a nível nacional e internacional.

Para a inauguração do complexo, que conta com um campo de futebol relvado, uma pista de atletismo e um ginásio, foram organizados várias provas desportivas, nomeadamente um encontro de atletismo, um jogo de futebol de infantis, uma aula de ginástica e uma classe de artes marciais.

## Fafe

### Câmara vai plantar uma nova árvore por habitante

Numa inédita, a Câmara de Fafe vai proceder nos próximos meses à plantação de tantas novas árvores quantos os habitantes apurados pelos Censos 2001. Exactamente 52.722 residentes.



Trata-se de um programa intitulado «Um cidadão, mais uma árvore, melhor ambiente», que vai conduzir à plantação de 52.722 novas árvores, a culminar no Dia da Árvore do próximo ano, dia 21 de Março, o que será feito através das escolas e seus agrupamentos, associações, juntas de freguesia, paróquias, escuteiros e população em geral.

## Faro

### Uma nova era de limpeza na cidade

A Câmara de Faro continua a apostar na higiene urbana. Com vista à racionalização dos processos de limpeza da cidade de Faro, a Câmara vai introduzir a varredura mecânica e a aspiração, serviços que complementarão a limpeza manual.



Os serviços a prestar incluem ainda a limpeza de sarjetas e sumidouros, remoção de ervas

infestantes e de dejectos de animais, para além da colocação de mais de 480 papeleiras que serão limpas diariamente.

## Loulé

### Câmara promove sessões de esclarecimento sobre o euro

A Câmara Municipal de Loulé, a DECO e a GNR estão a desenvolver sessões de esclarecimento no concelho de Loulé sobre o euro, que irá entrar em circulação no nosso país já no próximo mês de Janeiro.



Esta iniciativa, que conta com o apoio da Comissão Nacional do Euro e do Instituto do Consumidor, visa dissipar algumas dúvidas relativamente à nova unidade monetária.

Uma vez que é sobretudo a população idosa do interior do município que tem menos acesso aos meios de informação, estas sessões direccionam-se sobretudo a esta faixa etária das localidades da serra algarvia.

## Penha de França

### Junta lança iniciativa ambiental

A Junta de Freguesia da Penha de França continua a apostar na área do ambiente, no quadro de uma política que visa melhorar a qualidade de vida na Freguesia.

Estimular e sensibilizar a população da Freguesia para a importância da sua participação individual na melhoria do ambiente, recuperando a antiga tradição do cultivo de flores em pequenas áreas da sua responsabilidade (varandas, janelas, jardins, alpendres, pátios), foi o objectivo central da iniciativa «Penha de França Florída», promovida pela Junta de Freguesia da Penha de França.

Assim, ao longo do mês de Setembro, dois colaboradores da Junta percorreram todas as artérias da Freguesia à procura das varandas, janelas, jardins e alpendres mais bonitos e cuidados.

Posteriormente, foram contactados os respectivos moradores, que irão brevemente receber um diploma da Junta, que pretende ser, acima de tudo, um reconhecimento ao seu contributo para uma Freguesia mais florida, logo mais bonita e com melhor ambiente.

A cerimónia de entrega dos diplomas decorrerá no próximo dia 14 de Novembro, no Espaço Multiusos da Junta.

CASCAIS

Jantar de apoio

## LAMEGO APOSTA NA QUALIDADE

O candidato do PS à Câmara de Cascais, José Lamego, considerou sábado que o concelho «não pode regressar ao passado», sendo por isso «vital» conciliar tradição e modernidade.

«Estamos a inaugurar um novo ciclo de vida política de Cascais, marcado nos últimos quatro anos pela resolução de problemas básicos do concelho, como o saneamento básico das localidades e o realojamento», disse num discurso José Lamego, no jantar que juntou cerca de duas mil pessoas em Tires.

O candidato do PS frisou que durante o mandato de José Luís Judas «muito foi feito», abrindo-se agora «um novo patamar, de qualidade, a ideia central da campanha».

«Na nossa equipa há gente com provas dadas,

autarcas experientes, pessoas dedicadas a lutar pela democracia em Portugal», disse José Lamego, acrescentando que dará «um novo protagonismo à sociedade civil, dinâmica e diversificada, de Cascais».

O candidato resumiu os compromissos já assumidos com os cidadãos de Cascais, começando pela construção, até 2005, do hospital de Cascais, pela promessa «a curto prazo» de trazer de volta a Fórmula Um ao Autódromo do Estoril e a conclusão do processo de recuperação, legalização e dotação de infra-estruturas das Áreas Urbanas de Gênese legal (AUGI).

«Quero acabar com a incerteza e angústia das pessoas que aí vivem», disse José Lamego, acrescentando que o Plano Director Municipal na anterior gestão do PSD na autarquia «nem

sequer incluía as AUGI».

«Era uma espécie de lixo que se metia por debaixo do tapete», disse José Lamego, acrescentando que a gestão socialista «tem a coragem de atacar este problema» já que não se pode falar de «qualidade para todos», o slogan da campanha socialista, «esquecendo os cerca de 60 mil habitantes das AUGI».

«Esta é, e assumo aqui solenemente, a nossa prioridade e um dever de solidariedade», sublinhou o candidato socialista, afirmando que a sua equipa tem uma «forte consciência social» ao contrário dos que vivem em Cascais há cinquenta anos e só em Agosto passado descobriam os problemas sociais do concelho». Para José Lamego, as próximas eleições autárquicas «não são uma moção de censura ao Governo», servem «para escolher quem

pode melhor governar os municípios».

«Não faço da candidatura em Cascais a passagem para a reforma política, como muitos já o afirmaram», disse José Lamego.

Entre o fim do jantar e a intervenção de José Lamego, as cerca de duas mil pessoas presentes ouviram o apresentador de televisão Júlio Isidro afirmar que a festa era «de certeza» uma antecipação da «grande festa» marcada para dia 16 de Dezembro «quando a autarquia continuará a ser PS e com José Lamego».

Foi também exibido, numa grande tela de projecção, um filme de apoio à candidatura de José Lamego onde destilaram individualidades como o actor Victor de Sousa, o presidente do Sporting Clube de Portugal, Dias da Cunha, José Manuel Galvão Telles, Mário Soares, o jogador de futebol João Vieira Pinto, entre outros.

LEIRIA

Documento

## CANDIDATO PS QUER UNIVERSIDADE POLITÉCNICA

O candidato socialista à Câmara de Leiria, camarada José Manuel Silva, anunciou no dia 27 que vai pedir aos deputados eleitos pelo círculo eleitoral que elaborem um projecto que transforme o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) em universidade politécnica.

Num documento divulgado à Imprensa, o camarada José Manuel Silva defendeu a transformação do IPL em universidade, de modo a «consolidar o papel do ensino superior em Leiria», assumindo esta instituição «um papel estratégico na dinamização económica, cultural e social da região». Esta iniciativa, já prevista do plano estratégico

de desenvolvimento do IPL, vai ao encontro «das reivindicações dos empresários de Leiria, que se debatem com o problema da falta de quadros qualificados, e dos estudantes da região, que não compreendem por que motivo um concelho com a dinâmica de Leiria não dispõe ainda de uma universidade».

Nesse sentido, José Manuel Silva, que ocupa o cargo de presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Leiria, anunciou que vai efectuar «as diligências necessárias» junto dos deputados do PS para com vista à apresentação de um projecto legal que concretize essa transformação.

Em resposta, o presidente do IPL, Luciano

Almeida, mostrou-se satisfeito com a proposta do candidato, afirmando aguardar com expectativa a resposta dos eleitos socialistas.

«Sinto-me particularmente satisfeito se essa vier a ser a posição da federação do PS e se for acolhida pelo PS nacional, já que há alguns meses, o PSD decidiu também apoiar esta pretensão do IPL», disse.

Esta alteração vai conferir maior «prestígio social» à instituição, que já reúne condições semelhantes a outras universidades públicas.

«No que se reporta à matriz de formação, temos formação de matriz politécnica e universitária e em praticamente todas as áreas do saber», disse Luciano Almeida, salientando que para os 46

curros ministrados no instituto existe um «corpo docente altamente qualificado».

No seu entender, o IPL «está num estágio de desenvolvimento que é equiparável ao estágio de desenvolvimento de muitas universidades públicas».

Com esta transformação, o IPL pretende manter a matriz original de ensino politécnico e o modelo dos órgãos de gestão existente, onde participam membros da comunidade local.

Contudo, com a mudança para universidade, «o IPL terá maior autonomia de gestão quer do ponto de vista da gestão administrativa, quer da gestão pedagógica», destacou Luciano Almeida.

OEIRAS

III Convenção da Concelhia

## SOCIALISTAS CRITICAM CÂMARA

O candidato do PS à Câmara de Oeiras, Luís Pires, afirmou no dia 27 que a falta de mobilidade no concelho é culpa da gestão PSD que «trouxe o inferno do trânsito embelezado por rotundas com sereias».

«A mobilidade é desastrosa, por falta de vias estruturantes que não tornem o trânsito lento e desesperante como é hoje», disse Luís Pires, na sua intervenção na III Convenção da Concelhia de Oeiras.

Segundo o candidato do PS à câmara de Oeiras nas próximas eleições autárquicas, a gestão do PSD à frente da autarquia «segue uma política neoliberal e uma óptica economicista com raros rasgos sociais».

«O nosso projecto pretende um concelho mais humano, mais solidário e mais justo e o PS tem liderado estas mudanças sociais em

Portugal», sublinhou o candidato, numa convenção no Tagus Park que juntou mais de trezentos socialistas e que contou com a presença de Jorge Coelho, coordenador da Comissão Permanente do PS, e de Edite Estrela, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) e da Câmara Municipal de Sintra.

Segundo Jorge Coelho, não há obra da Câmara Municipal de Oeiras «que não tenha a marca do PS», sublinhando que o «tão apregoado» fim das barracas foi afinal fruto de 50 por cento de financiamento do Governo socialista e a restante percentagem obtida através de taxas de juros bonificados.

«Não há nenhuma obra grande no concelho que não tenha marca do PS», frisou Jorge Coelho, acrescentando que o partido «tem uma tarefa difícil em Oeiras».

## Não há vencedores antecipados em democracia

«Não há vencedores antecipados na democracia e nela a alternância é um bem necessário», frisou o ex-ministro do Equipamento Social, para quem Luís Pires é uma pessoa «com um currículo e características humanas fabulosas» para as funções a que se candidata.

A presidente da FAUL, Edite Estrela, por sua vez, criticou a gestão PSD em Oeiras comparando-a com a antiga gestão social democrata em Sintra, que «hipotecou muito o futuro do concelho», alertando os municípios de para que tenham atenção à «máquina propagandística» da Câmara Municipal.

«Há na Câmara de Oeiras uma máquina propagandística que não existe noutros

concelhos e que promove toda a obra», disse Edite Estrela, acrescentando que os cidadãos «por muito marketing e muita poeira que lhes atirem aos olhos saberão distinguir quem trabalha».

«Em Sintra tive que arregaçar as mangas e trabalhar e não tive tempo para propagandear», disse Edite Estrela, para quem em Oeiras há «por um lado a obra de fachada e por outro graves problemas sociais».

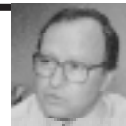
A autarca de Sintra frisou também na sua intervenção a necessidade de realçar o papel das freguesias no poder local, muitas vezes esquecidas.

«As freguesias são muito importantes porque estão mais próximas das pessoas e conhecem bem a realidade dos concelhos», concluiu Edite Estrela.

ACTUALIDADE

António Correia de Campos\*

## GASTAR E GANHAR EM SAÚDE



O SNS vai dispor, em 2002, de 1035 milhões de contos, de dotação ordinária, apenas mais 4,5 por cento que no orçamento inicial de 2001. Estaremos melhor no investimento, onde se vai dispor de 31,4 milhões de contos, mais 9 por cento que na dotação inicial do ano anterior. Como haverá novos centros de saúde a abrir e os hospitais do Vale do Sousa e de Tomar a entrarem em funcionamento, implicando centenas de admissões de médicos, enfermeiros, técnicos superiores, auxiliares, administrativos e outros; como a nova tecnologia em equipamentos e medicamentos não pode ser barrada à entrada; como novas unidades privadas requerem convênções com o SNS; como os consumos sofrem a influência normal da inflação; como o pessoal beneficia de aumentos anuais de vencimento e de benefícios automáticos pela progressão nas suas carreiras; e como a totalidade de tais encargos cresce a ritmo superior à dotação, tem-se dito que o défice na Saúde é uma evidência aritmética. Poderia não o ser: se demitíssemos alguns milhares de funcionários menos activos, se recusássemos as progressões de carreira e as actualizações de vencimentos dos restantes, se suspendéssemos a aprovação e a comparticipação de novos medicamentos, se encerrássemos hospitais, serviços e centros de saúde e adiássemos *sine die* a abertura dos que já estejam concluídos, se suspendéssemos algumas das grandes obras de ampliação, se não aceitássemos novas convênções, se não adquiríssemos medicamentos e equipamentos novos, certamente manteríamos o crescimento abaixo de 4 por cento. Como todos sabemos, tal não é possível e muito menos desejável. Gastar menos em Saúde não parece aconselhável para Portugal, mas gastar melhor, com crescimento controlado, talvez seja uma solução possível. Produzir mais cuidados, orientados para mais e melhores ganhos em saúde está ao nosso alcance. Não tenhamos medo das palavras: a produtividade do nosso sistema está longe de atingir os seus valores possíveis, e a qualidade de cuidados e a equidade da sua distribuição podem também ser ampliadas, com pequenos acréscimos de



encargos. É possível fazer mais cirurgias e consultas, satisfazendo as expectativas assistenciais dos cidadãos, em vez de se frustrarem ou adiarem sem motivo clínico. É possível alargar a centenas ou milhares de médicos o Sistema de Informático de Apoio Médico, já em uso em alguns centros de saúde, facultando ao principal decisor na economia dos medicamentos, informação que lhe permita preservar de forma informada e eficiente. É possível preparar com o Ministério do Trabalho e Solidariedade um sistema gradual de cuidados continuados para milhares de cidadãos idosos semidependentes, num gradiente de cinco níveis de intensidade, rigorosamente descrito e contratualizável com os sectores público, social e privado. É possível com pequenos investimentos conseguir que os cidadãos sejam bem acolhidos nos centros de saúde e nas consultas hospitalares, com marcação de hora, encaminhamento rápido para os escalões necessários, transformando episódios de tensão emocional em visitas agradáveis. É possível dar um salto mais rápido na funcionalidade das redes de referenciação hospitalar, reorganizando urgências pela triagem articulada com centros de saúde, reduzindo a

ocorrência desnecessária e utilizando melhor os recursos médicos e de enfermagem disponibilizáveis pela reafecção de horas ao trabalho regular no serviço, com reais incentivos ao desempenho. É possível actuar de forma cooperante com as entidades de representação profissional, a indústria de medicamentos e equipamentos e o FSE, de modo a facultar legítima e necessária formação contínua a médicos, farmacêuticos, enfermeiros e outros técnicos, sem fazer colidir o esforço de formação com o serviço ao cidadão. É possível, em três anos, através de contratos-programa com Municípios interessados, construir à volta de Lisboa e Porto cerca de vinte novos centros de saúde com cerca de 400 lugares de clínicos e produzindo cerca de 750 mil consultas anuais, cerca de 3000 por dia, em condições exemplares de acolhimento, eficiência e satisfação para utentes e profissionais. É possível iniciar o processo de construção dos novos hospitais de Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira e Braga, através de parcerias com o sector público ou também com o sector privado, bem como concentrar os escassos recursos públicos no Pediátrico de Coimbra, Materno Infantil do Norte, Lamego, Guarda, concluir Santiago do Cacém e outros, bem como construir ou remodelar toda uma longa lista de hospitais e centros de saúde de boa qualidade e má infra-estrutura, com obras já lançadas no «pipeline» do PIDDAC e do QCA III.

Tudo isto é possível e muito mais. Mas os milagres não acontecem por acaso. Nascerem de muito trabalho e da honradez de acordos de interesse mútuo, como o que foi já celebrado com a indústria, para a autocontenção do gasto farmacêutico. Para que tudo isto seja possível, será necessário atribuir mais poder e responsabilidade a administrações regionais, e sobretudo a hospitais e centros de saúde através de novos estatutos de tipo empresarial, ensaiar e avaliar experiências inovadoras sem complexos de aprendizagem com o privado e de envolvermos de forma regulada na gestão de serviços e unidades, onde até aqui nos temos enleado em inflexibilidades, prisões e privilégios garantísticos do modelo público. Devolver

competências aos escalões abaixo da administração central e arrojadamente convidar alguns municípios a interessarem-se pelo acompanhamento da saúde dos seus municípios, em parcerias financeiramente honestas. Sanear o passivo dos hospitais através de injeções de capital às empresas hospitalares resultantes da reconversão e reforçar os mecanismos de cobrança dos créditos dos hospitais. Alargar a hospitais os regimes remuneratórios experimentais de centros de saúde, reconverter horas extra em remuneração que conte para a reforma, criar incentivos ao desempenho. Será imperioso fazer cessar a prática inaceitável de pagar como despesa corrente importantes encargos de investimento, ao mesmo tempo que, por comodidade, se descreu do PIDDAC, quase sempre insuficientemente utilizado. Será necessário reforçar os executivos dentro de cada estabelecimento, clarificando ambiguidades de representação auto-gestionária, mas reforçando a democratização e os poderes de intervenção de órgãos consultivos.

Sabemos que algumas destas medidas ferem interesses estabelecidos ou simples práticas e rotinas. Vivemos numa sociedade complexa, de interesses por vezes contraditórios, mas democrática. A resistência à mudança é de todos os tempos e pode esbater-se se as mudanças forem conhecidas com tempo, discutidas com calma e aplicadas de forma progressiva. Quase sempre se ganha com o debate e o diálogo, sendo a persuasão paciente o melhor recurso quando o — interesses se erguem em muro. A questão da linguagem é aqui essencial. A urbanidade do trato e a correcção irrepreensível dos modos e processos não são meras questões processuais. Quando violadas, fazem rapidamente perder a razão aos infratores. Nessa altura o único critério limite é o interesse público. E com paciência e persistência, e constante informação pública sobre a transparência das intenções e os ganhos esperáveis, que a verdade se impõe, com a autoridade natural das evidências.

\*Ministro da Saúde In «Público», 23-10-2001

REFLEXÃO

Carlos Carranca

## FALAR POR FALAR



A política americana no mundo sempre se caracterizou pelo desprezo de tudo que não fosse da sua área de influência. Pergunto se não será já tempo de a União Europeia — a tão desejada União — passar a agir como um todo, com voz própria, analisando autonomamente e mais de perto o *interesse nacional*, o *mundo livre* e os *princípios* que os EUA dizem professar. Será a guerra no Afeganistão uma guerra religiosa? O ex-pugilista Mohammed Ali, ao ser interrogado quanto ao facto de partilhar a mesma religião com Bin Laden, retorquiu: «E o senhor, como é

que se sente ao partilhar a mesma religião com Adolf Hitler?». Recordo aqui que o atentado de Oklahoma foi realizado pelo americano-cristão — herói da Guerra do Golfo, Timothy McVergh. — O que faz a Grã-Bretanha nesta guerra? A propósito do Governo Britânico que na altura apoiou os EUA na guerra do Vietname, uma das mais eminentes figuras do século XX, a quem o «Observatore Romano» se inclinou «perante o seu envolvimento sem reservas à causa da dignidade humana». Bertrand Russell deixou escrito na sua obra «Crimes de Guerra no Vietname»: «Quando comparo os horrores da guerra do Vietname com o manifesto

eleitoral do Governo Trabalhista, deparo com a mais vergonhosa traição cometida neste país, em tempos modernos. Hitler, ao menos, raramente se fingia humano; mas estes homens — que agora conspurcam o poder — fingem professor, antes das eleições, os mais nobres e puros ideais da fraternidade humana.» Recordo, também, o que o embaixador Franco Nogueira (antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar) me confidenciou, nos seus tempos de professor universitário: «Em política externa tudo o que parece não é.» Concluo, muitos anos depois, do que tenho lido e ouvido: o conflito no Afeganistão, para além do que nos é dado saber e entender, dele

nada ou quase nada conhecemos. Quanto à acção retalhadora anglo-americana, interrogo-me se ela estará carregada dos tais valores humanistas, ditos ocidentais. Será que não? Há poucos anos atrás os EUA transformaram o Paquistão e o Afeganistão num dos maiores produtores mundiais de droga. Dir-me-ão os leitores que não foram os americanos que deram ordem para plantar ópio, mas sim os mujahedines. Será, mas eu lembro-me do argumento apresentado por um nazi que dizia não ter morto um único judeu, tendo apenas fornecido os camiões.



DESENVOLVIMENTO RURAL **Vitor Barros\***

## PARA UM BOM USO DA ÁGUA E DA TERRA EM ALQUEVA

**O** vultuoso investimento público que o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) exige, justifica-se pela necessidade de revitalizar uma vasta região em declínio, pretendendo-se que constitua uma alavanca para o desenvolvimento do Alentejo. O interesse público do EFMA resulta das potencialidades que a água, conjugada com outros factores naturais, oferece à reconversão do modelo cultural dominante na região (cereífero), por outro mais mediterrânico, mais adaptado, de maior valor acrescentado e gerador de efeitos multiplicadores na actividade e no emprego nos outros sectores produtivos. A decisão do Governo Socialista (Janeiro de 1996) de considerar o EFMA irreversível, com ou sem comparticipação financeira comunitária, presidiram preocupações e objectivos de natureza social. Aquelas preocupações não são exclusivas do Governo, sendo conhecida a reflexão da Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Évora relativa ao assunto, no sentido de, através do EFMA, se promoverem os valores da solidariedade e da coesão social, a fixação dos jovens e das famílias agricultoras à terra e o exercício pleno dos direitos de cidadania. Tentando ir a reboque da reflexão daquela Comissão, o PCP veio propor a limitação das explorações agrícolas a 50 hectares (ha) de regadio, expropriando os restantes por utilidade pública a favor de um banco de terras, que depois as redistribuiria, mediante contratos de arrendamento, por um prazo máximo de 25 anos com renovações automáticas por períodos sucessivos de 10 anos.

Não podemos concordar com tal modelo

rígido, obtido mediante expropriações maciças, em que, ainda por cima, os «novos agricultores» nunca passariam de eternos rendeiros. Independentemente de razões de ordem técnica, porque apostamos na promoção da diversidade e da iniciativa económica e social como princípio de acção política, assim como não temos, por princípio, qualquer preconceito contra o direito de propriedade desde que, evidentemente, esta rentabilize económica e socialmente o investimento que é de todos. Para nós uma sociedade é tão mais moderna e desenvolvida quanto mais diversa, mais livre e com maiores níveis de coesão social se apresentar.

Há na área de influência do Alqueva uma evidente diversidade de situações produtivas. Há pequenos, médios e grandes agricultores. A maioria são pequenos agricultores: 94,4 por cento têm menos de 20 ha. É também verdade que 3 por cento dos prédios com 50 ou mais hectares detêm a maior parte da área total do empreendimento.

Achamos que há espaço para todos. Há lugar para o pequeno agricultor que vê na sua actividade uma forma de complementar o rendimento proveniente de outras actividades. Há lugar para o médio agricultor, de estrutura familiar e que pretende remunerar a sua mão de obra de forma satisfatória. Há lugar para a empresa de maior dimensão que tem em vista a realização de todas as potencialidades da sua escala produtiva, no respeito pelas normas ambientais e sociais.

As diferentes unidades produtivas podem abrir mercados distintos e podem comportar os diversos tipos de riscos de inovação tecnológica. Em qualquer dos casos, todos poderão vir a beneficiar dos caminhos abertos pelos outros.

Há que saber conviver com estas diferenças. O que é necessário é ter respostas políticas e técnicas para as diferentes situações. Relembramos a este propósito o apoio à diversificação da pequena agricultura, para além de um conjunto de discriminações positivas aos agricultores mais desfavorecidos: degressividade na atribuição de ajudas, redução da contribuição para a segurança social.

Por outro lado, os instrumentos de política ao dispor dos agricultores nacionais e, portanto, também dos do Alqueva, estão formatados com evidentes preocupações de natureza social e de boa utilização dos recursos - quer na determinação da valia do projecto, quer na da própria viabilidade, entram critérios de criação de emprego e de intensidade produtiva.

O Governo aplicará um modelo de regulação económica e social que responda de forma adequada às necessidades de toda a comunidade e promova a coesão social. Como se verá, não deixaremos ao simples funcionamento do mercado a questão fundiária.

Não só para Alqueva, mas também para todos os regadios de iniciativa pública, aquele modelo consubstancia-se num conjunto coerente de medidas, de que destacamos:

- 1) a taxa de conservação dos perímetros de rega;
  - 2) a obrigação ou dever de rega;
  - 3) o direito de preferência.
- A principal componente é a taxa de conservação: uma prestação fixa paga pelo proprietário por hectare equipado, independentemente de regar ou não, e destinada a suportar os custos com a conservação e manutenção dos perímetros

de rega.

Pretende-se com esta taxa estimular a utilização da terra em culturas que usem o regadio de modo eficiente e dinamizar a venda ou arrendamento das terras que os agricultores-proprietários não pretendam utilizar de forma eficiente. A componente variável do preço da água, a pagar em função do consumo realizado, deverá reflectir o respectivo custo e constituir também um estímulo adicional ao uso sensato e eficiente deste recurso.

O modelo de regulação do sistema fundiário passa, em segundo lugar, pela obrigação ou dever de rega, cuja importância é evidente. Com a entrada da obra no período de plena produção, o Governo terá a faculdade de expropriar, por utilidade pública, os prédios potencialmente beneficiados que não utilizem água de rega fornecida pelos canais em funcionamento, ou que, embora regando, não atinjam os valores dos padrões de rendimento ou de intensidade de exploração mínimos exigíveis ao regadio. Esta medida de penalização só será accionada em último recurso, após a aplicação de três contra-ordenações.

O modelo de regulação do sistema fundiário passará, ainda, pelo direito de preferência a exercer pelo Estado na aquisição de prédios rústicos. Pretende-se com esta medida criar um banco de terras que, sem pôr em causa o direito de propriedade e os princípios da economia de mercado, permitirá incentivar projectos viáveis, com perspectivas de futuro para o meio rural e evitar desvios e especulações na utilização de terras beneficiadas por investimentos públicos.

\*Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural  
It-Público, 29-10-2001

PERSPECTIVA

**António Brotas**

## O MEDO E A SEGURANÇA

**D** eclaro que continuo a ter mais medo de um terramoto em Lisboa do que de eventuais ataques do terrorismo internacional. Como é pequena a possibilidade de nos precavermos destes imprevisíveis ataques, sugiro aos candidatos às próximas eleições autárquicas que concentrem a sua atenção nestes dois meses de campanha nos meios de prevenção e nas medidas a adoptar no caso de uma catástrofe sísmica. Uma sociedade bem preparada para actuar em tal situação esta, também, bem preparada para actuar no caso de um ataque terrorista. Lembremo-nos que uma das imagens que vai ficar do ataque em Nova Iorque é a de bombeiros, e não de soldados, a hartejar a bandeira americana

sobre as ruínas do World Trade Center. De bombeiros que dependiam das autoridades municipais.

Um outro apelo, este à escala nacional e com uma particular chamada de atenção para os deputados jovens, é o de que se repense o modo como foi decidida a supressão do serviço militar obrigatório. Este serviço obrigatório devia, obviamente, ser suprimido, mas devia ser substituído por um serviço nacional, em que o serviço militar fosse só uma componente voluntária. Outra, seria o serviço nos bombeiros e em organismos de defesa civil. Os deputados jovens que pressionaram a supressão do SMO, não se deram conta de como foi estreita e egoísta a sua visão e de como prejudicaram o país.

Se, por ano, 10.000 jovens tivessem um treino e prestassem serviço em instituições de segurança, daqui a 10 anos teríamos 100.000 pessoas a saber como actuar, desde o primeiro momento, em caso de catástrofe sísmica. Em particular devíamos ter equipas altamente especializadas para, em 24 horas, poderem tomar um avião e ir dar apoio em qualquer local do mundo em que haja um terramoto. É o que já fazem outros países. Era a maneira de começarmos a pagar com antecedência a solidariedade que certamente receberemos se um dia formos as vítimas. Mas não se trata de enviar alguns bombeiros esforçados em acções quase simbólicas. Trata-se de criar verdadeiras equipas com meios e que dominem as mais avançadas

tecnologias, capazes, inclusive, de fazer investigação na matéria.

Num momento em que proliferam tantas especialidades de engenharia deixo às nossas escolas e à Ordem dos Engenheiros a sugestão de começarem a pensar numa especialidade em Engenharia de Segurança. Estou certo que, a breve prazo, será uma especialidade em muitas escolas do mundo. Para sermos pioneiros nesta matéria e dum modo exemplar, bastam duas coisas: escolas com capacidades técnicas como, por exemplo, o Técnico, e jovens com gosto em dar um contributo a um serviço nacional de interesse colectivo. Era bom que os deputados jovens pensassem nestas coisas.

## ACTUALIDADE

## «O MUNDO ESTÁ PERIGOSO» TRÊS REFLEXÕES PARA TRÊS TEMAS PREOCUPANTES



**O antiamericanismo**

O modo de vida, o comportamento dos EUA em múltiplos conflitos internacionais e a forma soberbeira e unilateral como olham o resto do mundo não é do meu agrado. Reconheço aos norte-americanos inúmeras virtudes tais como um longo sistema democrático, a capacidade de iniciativa e uma força cultural ímpar. Não me identifico, por exemplo, com um sistema que se baseia exclusivamente no mercado, na falta de um forte apoio aos mais desprotegidos, na ausência reguladora do Estado e na tomada de posições que põem em causa o meio ambiente a nível mundial só por razões económicas. A lista poderia ser muito maior. Serve esta introdução para salientar que, apesar de não ser um seguidor fiel dos valores e dos comportamentos da sociedade norte-americana, reconheço que os EUA têm todo o direito de reagir aos atentados de que foram vítimas em 11 de Setembro por uma organização terrorista com ramificações internacionais. Coloco reservas ao modo como se decidiu avançar para esta ofensiva, à metodologia que foi seguida e aos meios que estão a ser

empregues. Recuso, no entanto, a reacção de alguns, mesmo em Portugal, que continuam com um anti-americanismo primário e criticam mais depressa as vítimas das bombas dos EUA no Afeganistão do que os milhares de mortos nas torres do WTC.

A independência de espírito não pode servir para um dos lados. A independência de espírito deve estar ao lado da razão e não de interesses conjunturais.

### O falhanço da União Europeia

Tal como já escrevi no DN, pouco depois dos atentados de 11 de Setembro, o que se está a passar mostra a falência da União Europeia como entidade política.

A antiga CEE foi criada por razões comerciais e económicas e tentou-se dar um passo para criar um espaço comum a nível político. Criou-se a UE esse sim, já um projecto político.

Mas, a crise nos EUA mostrou que tudo o que foi feito no seio da UE não passa de «fachada». Tony Blair avançou para a repesália por sua própria conta e risco. Andou a fazer contactos internacionais e o interlocutor não foram os parceiros europeus mas os EUA. A Grã Bretanha a

França e a Alemanha, reuniram os seus representantes à margem de uma cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UE. A juntar a isto, refere o DN na edição desta terça-feira que o Presidente da Comissão Europeia recusou-se a ir a uma conferência de imprensa porque a presidência belga o impede de falar. Ainda segundo o mesmo relato, também de «pouco serviria o Sr. Prodi ir falar porque não diz nada de novo e não se consegue expressar de uma forma eficaz».

Estes exemplos e os riscos e as exigências que se colocam de uma forma crescente à UE mostram que este não é o caminho. Tem de se dar «um passo de gigante» e não ter medo de se avançar para uma solução federalista cujos contornos podem e devem ser discutidos.

Por outro lado, esta situação evidencia também que os chamados «pequenos países» não se podem esconder na sombra dos mais fortes e esperar tirar partido de alianças conjunturais. Os «pequenos países» têm de ter uma estratégia comum. Neste caso, Portugal pode desempenhar um papel importante e o eco das declarações de António Guterres, em que manifestou o desagrado pelo comportamento de Blair, Chirac e Schroeder na última cimeira, podem

ser um sinal do papel que o nosso país pode desempenhar.

### Quem quer a guerra?

Vários líderes internacionais e nacionais referem que é a questão da Palestina que está na génese do mau-estar que se vive com muitos países do Médio Oriente.

Talvez para recolher aliados em alguns países árabes, os EUA fizeram inverter o discurso de Israel e exerceram forte pressão sobre o governo israelita para um entendimento com a Autoridade Palestiniana. Outros países tiveram um comportamento idêntico, o que provocou uma pressão inédita sobre a necessidade de Israel se entender com os dirigentes palestinos.

Quando este entendimento começava a dar alguns passos, extremistas palestinos mataram um ministro do governo de Israel. Tudo voltou ao «ponto zero» e Israel lançou novas ofensivas militares.

Mais inocentes vão morrer porque o ódio superou a paz – «olho por olho e vamos morrer todos cegos» – Ghandi.

Na realidade, o «Mundo está perigoso», mas o que é ainda mais preocupante é, não se ver com clareza, quem quer que seja, fazer algo que resolva essa perigosidade.

## PERSPECTIVA

Manuel Alegre

## PELA DEMOCRACIA



**P**arece evidente haver no mundo muçulmano uma nostalgia do califado, do líder espiritual que seja ao mesmo tempo o líder político, capaz de construir o Estado islâmico, único e unicitário, para libertar o povo da opressão malféica do Ocidente. Este discurso radicalizado é o que está a prevalecer, não só entre os proletários e os danados da terra, mas também em boa parte das elites. Uma das imagens que mais me perturbou foi a de meninos-bem de um colégio chique do Paquistão a repetir o elogio da ruína a Bin Laden. Não se ouvem as vozes moderadas, nem dos intelectuais nem dos dirigentes políticos. A única e, porventura, a mais importante, a de Arafat, é a que se encontra mais desprotegida e ameaçada perante as investidas impunes de Ariel Sharon. De modo que, apesar das sensatas tentativas de construir uma coligação que evite dar a este conflito o carácter de um confronto de civilizações, a verdade é que, pelo menos do lado muçulmano, esse confronto está a germinar e a transformar-se num ideal unificador e mobilizador. É um novo projecto global, com as suas vanguardas, com os seus braços armados e os seus terroristas.

Utilizam os meios da sociedade aberta para destruir, desde a liberdade de circulação e o pluralismo até às mais sofisticadas conquistas científicas e tecnológicas. De repente os poderosos revelam a sua fragilidade. E os fracos tornam-se fortes.

Há dias, num dos canais televisivos, perguntaram a um cidadão de Lisboa que pensava da guerra. Ele deu uma volta sobre si mesmo, como se procurasse, e respondeu: Qual guerra? Esse é o problema. A guerra não se vê. Está em nenhures e toda a parte. Pode aparecer sob a forma de pó branco num envelope do correio ou sob outra forma qualquer, na água que se bebe ou no ar que se respira. Como combater essa mão invisível? Como bombardear esse inimigo sem rosto? A guerra vai entrar, já entrou nas nossas vidas, no nosso dia-a-dia. Vai reflectir-se na recessão económica, no medo de viajar, no medo de abrir o correio, de frequentar grandes espaços, no medo de estar vivo e ser um alvo. Não é fácil. E grande é a tentação de nós próprios começarmos a colaborar na vitória do terrorismo restringindo e limitando as nossas liberdades, os nossos valores, o nosso modo de vida.

É por isso que não bato palmas ao meu

amigo, agora tão aplaudido, sobretudo pela direita, António Vitorino. Não porque não seja um democrata. Mas porque não quero uma Europa judicial a ocupar o vazio e inexistência de uma Europa política. Sejamos claros, onde está a Europa? Goste-se ou não, e eu nunca fui adepto da sua pseudo terceira via, um só líder emergiu na Europa nesta hora de crise: Tony Blair. Mas como líder da Inglaterra, para afirmar a Inglaterra, à margem da Europa, apesar dela, nas tintas para ela. Mas merecerá esta Europa do deve e haver outra coisa?

As correntes profundas da História aí estão outra vez: Putin, pela Rússia, Blair, pela Inglaterra. Não foi por acaso que De Gaulle sempre disse que a Rússia estaria na primeira linha de defesa da Europa. O que ele não podia prever era que as «chinesices de Bruxelas» acabariam por esvaziar politicamente a Europa. E que a única voz do velho Continente que se faz ouvir no mundo é a do rival do outro lado da Mancha.

Falta Europa à Europa. Falta uma visão, uma estratégia, um ideal, uma liderança. É por isso que a América continua a ser tão decisiva. Os americanos têm convicções. E batem-se por elas. Não sei se serão capazes de finalmente descobrir que há outros mundos, ou se os

seus senadores continuarão a gabar-se de nem sequer terem passaporte. Não sei se terão percebido as razões do ódio de que são vítimas e que foram eles próprios a dar força às criaturas que ora os atacam. Sei que, com todos os seus defeitos, a América é um baluarte da liberdade. Da própria liberdade de nós aqui continuarmos a criticá-la e a lutar contra o seu excesso de poder e a sua hegemonia. A liberdade americana é uma garantia da nossa própria liberdade. O seu colapso seria o princípio do nosso próprio colapso. Por mais absurdo que pareça, a liberdade americana garante até o luxo de se poder ser antiamericano. É por isso que não se pode ser neutro. Pode-se ser de esquerda, anticapitalista e anti-imperialista e, apesar de tudo, por razões de liberdade, sem a qual nada vale a pena, tomar partido. Quem combate a teologia do mercado não pode deixar de combater a teocracia que ameaça o mundo. Tanto se falou de mão invisível que ela aí está. A mão do terror global, a mão do medo. É preciso vencê-la, sem abdicar do direito à crítica e sem ceder à tentação securitária e autoritária. Em nome do mais forte de todos os nossos ideais: a liberdade.

In-Expresso, 27-10-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Éxodos em Abrantes**

A mais famosa exposição de fotografia de Sebastião Salgado – Éxodos – estará patente na Biblioteca Municipal António Botto, a partir de quarta-feira, dia 7, e até ao dia 29. A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 10 e 30 e as 12 e 30, ou das 14 e 30 às 19 e 30.

**Exposição em Albufeira**

A Freguesia de Ferreira acolhe no salão do FC Ferreira, a exposição «Construímos um Concelho para o Futuro», até ao dia 9.

**Jazz em Coimbra**

«Cosmos» é o título genérico da mostra assinada por Eduardo Nery, patente no Edifício Chiado, a partir do dia 6, pelas 18 horas. Na próxima quarta-feira, dia 7, às 21 e 45, assista, no Teatro Académico de Gil Vicente, ao espectáculo musical de João Paulo Esteves da Silva (piano solo) e do Trio Ad Libitum (Pedro Pacheco, António Gonçalves e João Luís Lobo).

**Vídeo-instalação em Faro**

A mostra «The Parallel Mistake», da Realtime, uma produção conjunta dos artistas João Castelino e Nuno Rocha, exhibe-se na Galeria Trem, até ao dia 24.

**Cursinho em Guimarães**

A segunda parte do cursinho do Museu «Os Meus Amigos Fantoches» decorre, até ao dia 3 (sábado), vá inscrever os seus filhos e/ou netos.

**Bienal da Prata em Lamego**

A primeira edição da Bienal da Prata, com o Douro como pano de fundo, arrancou sábado. A Bienal a decorrer, no Museu, até ao dia 11, é uma manifestação artística temática que congrega uma exposição de *design* contemporâneo de prata e uma mostra de pratas históricas, a que lhe foi acrescentado um variado programa de animação cultural. O Vinho do Porto, tema escolhido para esta primeira edição, é o motivo principal da concepção de objectos de prata ligados ao ritual de decantação do «vinho fino» do Douro. Um conjunto de acções complementares, como painéis temáticos, orientado por especialistas, sobre o Douro, «jantares de Prata» e programas para crianças, denominados «Caça ao Tesouro», são outras atracções do certame.

**Peça infantil em Lisboa**

A sala A do Centro de Pedagogia e Animação

do CCB acolhe, nos dias 5, 6, 7 e 8 deste mês a peça «Duelo – O Caminho para o Teatro».

A representação, coordenada pelo Top Théâtre, realiza-se das 10 às 12 horas e tem como público alvo as crianças entre os 8 e os 12 anos.

Até ao dia 11, o auditório do Teatro Taborada será palco da peça «A Vida Tem Destas Coisas», de Mário de Carvalho.

Os espectáculos realizam-se de quarta a sábado, às 22 horas, e aos domingos, pelas 17 horas.

**Artes na Lousã**

A exposição de caricatura «Figuras da Cultura do Século XX» encontra-se patente ao público, até ao próximo dia 4, na sala alternativa do Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos.

Até meados de Novembro, a sala de exposições temporárias acolhe a mostra do pintor Hans-Georg Schussler.

**Filme em Paredes de Coura**

«AI – Inteligência Artificial», de Steven Spielberg chega à sala de espectáculos do Centro Cultural no fim-de-semana (dias 3 e 4), com a notável interpretação do menino prodígio de Hollywood Haley Joel Osmert. O Centro Cultural exhibe, até domingo, dia 4, as pinturas de Teresa Gil, numa mostra intitulada «Unipedes, Quadrípedes e Outros Seres».

**Livro em Portimão**

«As Três Máscaras» é a encenação de Cláudia Negrão, a cargo do Teatro Experimental de Lagos, a que poderá assistir, sábado, dia 3, a partir das 16 horas, no palco

da Biblioteca Municipal. Este espectáculo integra-se nas comemorações do primeiro centenário do nascimento de José Régio. O lançamento do livro «As Memórias de Um Espírito», de Germano Almeida, decorre esta terça-feira, dia 6, pelas 21 e 30, também na Biblioteca Manuel Teixeira Gomes.

**Pintura em Santo Tirso**

O Museu Municipal Abade Pedrosa é palco, até ao dia 18, de uma exibição de pintura de João Moniz. Margens Plurais é o título da mostra que poderá ser visitada de terça a sexta-feira, das 9 horas às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30. Durante o fim-de-semana a exposição está aberta ao público entre as 14 e as 18 horas.

**Belas-Artes em Sintra**

No âmbito da interrupção lectiva que se prolonga até ao dia 2, aí está, de novo, o programa «Mais Sintra nas Tuas Férias», com novas actividades lúdicas, danças, jogos, animação, entre muitas outras iniciativas. A Galeria Fiteas tem patente ao público duas exposições até 4 de Novembro. No primeiro piso, a VI Mostra de Arte dos Professores e Educadores do Concelho de Sintra. No segundo andar, uma colectiva de pintura e escultura de Arminda Bernardino, Fernanda Seles e Rui de Basto.

**Mostra em Vila Real de Santo António**

«Água e Ambiente» é a exposição do concurso fotográfico «1/4 Escuro» que se encontra patente, até amanhã, no centro Cultural António Aleixo.

SUGESTÃO

**ÓBIDOS JAZZ 2001**

O esperado evento musical «Óbidos Jazz 2001» chega em Novembro com quatro prometedores concertos.

Assim, hoje, às 21 e 30, actuará Freddie Hubbard acompanhado do New Jazz Composers Octet. Amanhã à mesma hora, será a vez de ver e ouvir o quarteto de Ana Paula Oliveira.

Ainda às 21 e 30, mas do sábado, dia 3, apresenta-se o Trio de Mário Delgado, Carlos Barreto e José Salgueiro, para que, finalmente no domingo, às 16 horas, actuem nas ruas da vila os Dixie Gang.

De referir que o concerto de encerramento deste certame terá entrada livre.

E para mais informações sobre o «Óbidos Jazz 2001», os amantes deste melodioso e relaxante estilo musical podem aceder ao endereço electrónico [www.cm-obidos.pt](http://www.cm-obidos.pt), podendo ainda dissipar dúvidas junto do Posto de Turismo local, contactável através do telefone 262959231.



**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Gramática**

eu  
tu  
ele  
nós  
vós  
eles  
todos não somos mais  
que pronomes pessoais

o necessário era que fôssemos  
substantivos colectivos

**Luís Valle**  
In «Poesia»

**Concerto**

Artur Pizarro (piano)  
Miguel Graça Moura (d direcção)  
ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA

*Staccato brilhante* – Joly Braga Santos  
*Fantasia Dramática* – Vianna da Motta  
*Sinfonia à Pátria* – Vianna da Motta

Teatro Tivoli, 4 de Novembro, 18 horas



## A CREDIBILIDADE DO CENÁRIO MACROECONÓMICO

**1.** A apresentação do Orçamento de Estado para 2002 coloca todos os Partidos e Grupos Parlamentares opositoristas numa situação complicada. Fazem críticas ao orçamento de sinal oposto e no caso do PSD, propõem uma auditoria às Contas do Estado, esquecendo-se que elas são regularmente auditadas, objecto de análise e parecer anual do Tribunal de Contas. Para além disso, a Assembleia da República toma as contas anuais do Estado, depois de as debater em Comissão de Economia, Finanças e Plano, bem como no próprio Plenário, algum tempo depois de recebido o parecer anual do Tribunal de Contas.

2. As dificuldades económicas das várias regiões do Mundo, tendo alguma interligação entre si, assumem características específicas e terão calendários de recuperação muito possivelmente diferentes.

O Japão acumulou problemas de fundo que advém de uma deficiente

estruturação do sistema bancário e de alguma incapacidade em reorganizar o sistema produtivo. Os largos períodos de liberalismo económico controlado e expansionista, em geral tutelados pelo Partido Liberal Democrático, chegaram ao fim e apesar do carisma do actual primeiro-ministro, as perspectivas de superação da crise não se afiguram prováveis no curto prazo. E a reestruturação dos sistemas financeiro e produtivo japoneses aparece como dolorosa.

3. Nos Estados Unidos, a situação é mais complexa, mas, apesar de tudo, menos problemática. A agressão sentida no próprio território do sub continente norte americano, física e militarmente inviolável desde a guerra da independência que libertou as 13 colónias do domínio britânico, teve efeitos psicológicos e no domínio da evolução das expectativas que fizeram cair a cotação de numerosas empresas bastante para baixo do valor que seria técnico - economicamente correcto.

4. Na Grã-Bretanha e na Europa do euro, a moderação do crescimento económico é preocupante, nomeadamente na Alemanha (um dos principais motores da economia europeia), mas é provável que durante o ano de 2002 se retome o movimento no sentido de crescimentos económicos mais significativos.

5. O cenário macroeconómico apresentado na proposta de Orçamento de Estado para 2002 tem bases credíveis e compatíveis quer com a inserção da economia portuguesa na economia europeia e internacional, quer com os esforços de investimento e compressão dos custos das Administrações que o Governo propõe e preconiza. Mas se acontecimentos tipo 11 de Setembro ninguém prevê, também ninguém saberá ao certo até que ponto a luta antiterrorista à escala global influenciará a economia mundial, com impactos directos e indirectos na economia portuguesa.

«A médio e longo prazo, o melhor antídoto contra o terrorismo de origem islâmica consiste no apoio ao desenvolvimento e à democratização no mundo islâmico em geral e árabe em particular»

**Vital Moreira**  
Pública, 30 de Outubro

«Eu não sou tutor de promotores. Se não têm capacidade para levar as construções dos estádios até ao fim, o melhor é ficarem já por aqui»

**José Lello**  
Expresso, 27 de Outubro

«E não pensem que vão sacar a descoberto, só pela derrapagem das obras»

**Idem, ibidem**

«Há modas neste país e a moda actual é a dos centros de estágio»

**Idem, ibidem**


«Total solidariedade com a grande coligação antiterrorista»

**Mário Soares**

*ibidem*

«O regime dos talibãs no Afeganistão é indiscutivelmente uma teocracia feudal, hedionda, que se ergueu, com a ajuda do Paquistão e da CIA, sobre uma população tiranizada e mártir, de cerca de 18 milhões, de uma pobreza extrema»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,49 €/\$500\$	3,99 €/\$800\$
Regiões Autónomas	3,49 €/\$700\$	5,99 €/\$1.200\$
Macau	6,48 €/\$1.300\$	11,97 €/\$2.400\$
Europa	7,48 €/\$1.500\$	14,47 €/\$2.900\$
Resto do Mundo	11,47 €/\$2.300\$	21,95 €/\$4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,23 €/\$1.650\$	16,21 €/\$3.250\$
Regiões Autónomas	11,97 €/\$2.400\$	22,94 €/\$4.600\$
Macau	22,94 €/\$4.600\$	45,39 €/\$9.100\$
Europa	27,43 €/\$5.500\$	53,87 €/\$10.800\$
Resto do Mundo	42,4 €/\$8.500\$	82,8 €/\$16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**António José Seguro**

Director-adjunto

**José Manuel Viegas**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

